



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: A  
CONQUISTA DE TERRITÓRIOS PARA AGROECOLOGIA NO TRIÂNGULO  
MINEIRO**

**FERNANDO CESAR DE OLIVEIRA SOUZA**

**Araras  
2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: A  
CONQUISTA DE TERRITÓRIOS PARA AGROECOLOGIA NO TRIÂNGULO  
MINEIRO**

**FERNANDO CESAR DE OLIVEIRA SOUZA**

ORIENTADOR: PROF. DR. RICARDO SERRA BORSATTO  
COORIENTADORA: PROFA. DRA. MARTA CRISTINA MARJOTTA-MAISTRO

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Agroecologia e Desenvolvimento  
Rural como requisito parcial à  
obtenção do título de MESTRE EM  
AGROECOLOGIA E  
DESENVOLVIMENTO RURAL.

Araras

2021

Souza, Fernando Cesar de Oliveira

Circuitos curtos de comercialização de alimentos: a conquista de territórios para agroecologia no Triângulo Mineiro / Fernando Cesar de Oliveira Souza -- 2021. 104f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras  
Orientador (a): Ricardo Serra Borsatto  
Banca Examinadora: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Joelson Gonçalves de Carvalho  
Bibliografia

1. Agroecologia. 2. Circuitos curtos de comercialização de alimentos. 3. Território. I. Souza, Fernando Cesar de Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática  
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Helena Sachi do Amaral - CRB/8  
7083



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Agrárias  
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

---

## Folha de Aprovação

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Fernando Cesar de Oliveira Souza, realizada em 14/12/2021.

### Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto (UFSCar)

Profa. Dra. Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (UFTM)

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Ao meu pai, Ney Granja de Souza  
(in memoriam), que me ensinou o  
amor e respeito às formas de vida,  
dedico.

Aos lutadores e lutadoras do povo.,  
em especial àqueles do Triângulo  
Mineiro que dedicaram e dedicam  
sua vida à construção da reforma  
agrária popular.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a toda a minha família que sempre me incentivou e, em especial, aos meus pais, que se sacrificaram para que eu tivesse o privilégio de avançar nos estudos.

Agradeço aos camponeses e camponesas, que botam comida no prato do povo brasileiro, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária (ACAMPRA) que são exemplos de organização e comprometimento na construção da agroecologia, na prática.

Ao PPGADR e, em especial, à professora Anastácia Fontanetti e a secretária Tereza Cristina Roesler Ré, que se colocaram à disposição no auxílio à resolução dos desafios do percurso. Aos professores do Programa, pois fizeram a diferença com sua dedicação e compromisso com a construção da Agroecologia.

Agradeço à companheira Luiza Ribeiro e ao Viktor Marques que me reaproximaram da agroecologia e me apresentaram a possibilidade de construí-la e fortalecê-la na academia, com a qual me “reconciliei” para encarar o mestrado.

Aos amigos Pedro, Letícia Sousa, Aline, Victor, Akemi, Rafildes, Nubia, Viktão, Tia Luzia, Carol e Jonathan, pelas diferentes formas de incentivo e apoio. Sem vocês, nada teria sido possível. Em especial agradeço à Letícia Silva, que esteve muito presente, mesmo de longe, se colocando à disposição e fazendo diferença nos momentos mais difíceis. Ao Diógenes, pelo carinho, força e impulso em momentos de fragilidade.

Em nome das fortes amizades construídas no Mestrado, Ariele, Davi, Edmilson, Jamily, Laís, Luis, Paulo, Vivian e Weldy, agradeço a todos os colegas de jornada com os quais pude aprender muito.

À Ana Rita, que por ocupar tantos nichos na minha vida e no meu coração, fica até difícil posicioná-la, nesse agradecimento. De colega de trabalho, passando por colega de mestrado, companheira de república, de lutas e da vida tornou-se uma irmã que carregarei para sempre e com a qual fico

extremamente feliz por tê-la também como parceira construtora da agroecologia. Pela companhia e contribuição em todas essas esferas, agradeço imensamente.

Agradeço em nome das professoras Gabriela Masson e Janaina Vinha, ao Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA) e o Programa de Extensão Fortalecendo a Agricultura Camponesa de Uberaba (FACU) da UFTM, que contribuíram para um melhor conhecimento da realidade do Triângulo Mineiro e por somarem numa coletividade constante em estudos e em ações.

Agradeço a professora Vanilde Souza-Esquerdo pela primeira avaliação do meu projeto, ainda durante uma disciplina. As contribuições foram essenciais para o amadurecimento com o tratamento do tema e o percurso que a pesquisa tomou. No mesmo sentido, agradeço ao professor Henrique Duval pela generosa contribuição na banca de qualificação.

Aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa da dissertação, Janaina Vinha e Joelson Carvalho. Pessoas que humildemente fizeram do momento, um grande espaço de troca com valiosas reflexões. À minha coorientadora Marta Marjotta-Maistro, agradeço pelas leituras atentas e cuidadosas e pelas sugestões que contribuíram para a interdisciplinaridade desse trabalho.

Ao meu orientador Ricardo Borsatto, quem eu admiro muito desde quando o conheci como aluno especial do Programa. Tê-lo como orientador foi um grande presente no percurso do mestrado. Agradeço pela extrema paciência e cuidado com meus processos, a constante confiança que eu mesmo faltava comigo, em muitos momentos e, o respeitoso processo de orientação, no qual sempre fui tratado como um pesquisador, a despeito de quaisquer hierarquias vaidosas muitas vezes presentes no ambiente acadêmico.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Madrugada Camponesa

*Thiago de Mello*

Madrugada camponesa,  
faz escuro ainda no chão,  
mas é preciso plantar.  
A noite já foi mais noite,  
a manhã já vai chegar.

Não vale mais a canção  
feita de medo e arremedo  
para enganar solidão.  
Agora vale a verdade  
cantada simples e sempre,  
agora vale a alegria  
que se constrói dia a dia  
feita de canto e de pão.

Breve há de ser (sinto no ar)  
tempo de trigo maduro.  
Vai ser tempo de ceifar.  
Já se levantam prodígios,  
chuva azul no milharal,  
estala em flor o feijão,  
um leite novo minando  
no meu longe seringal.

Madrugada da esperança,  
já é quase tempo de amor.  
Colho um sol que arde no chão,  
lavro a luz dentro da cana,  
minha alma no seu pendão.

Madrugada camponesa.  
Faz escuro (já nem tanto),  
vale a pena trabalhar.  
Faz escuro mas eu canto  
porque a manhã vai chegar.



## SUMÁRIO

<b>ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS .....</b>	<b>i</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>ii</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>iv</b>
<b>RESUMEN .....</b>	<b>v</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO .....	6
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	15
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>23</b>
2.1 O SISTEMA AGROALIMENTAR CONTEMPORÂNEO: CAMPONESES E IMPÉRIOS ALIMENTARES .....	23
2.2 SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA.....	27
2.2.1 Soberania Alimentar .....	27
2.2.2 Agroecologia.....	29
2.2.3 O desafio da territorialização da agroecologia .....	32
2.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS .....	34
2.4 APONTAMENTOS SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE .....	37
<b>3. DESENHO DA REDE: AS CESTAS SEMEANDO AGROFLORESTA – A CONSTRUÇÃO DINÂMICA DA TERRITORIALIDADE AGROECOLÓGICA ..</b>	<b>43</b>
3.1 HISTÓRICO, DESENVOLVIMENTO E FUNCIONAMENTO DO CIRCUITO .....	43
3.2 ESPAÇO.....	52
3.3 RECURSOS .....	55
3.4 RELAÇÕES .....	62
<b>4. CESTA SEMEANDO AGROFLORESTA: TERRITÓRIO DA AGROECOLOGIA .....</b>	<b>67</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>89</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

<b>Figura 1</b> – Uberlândia: Assentamentos Rurais.....	13
<b>Figura 2</b> – Sede da Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária .....	44
<b>Figura 3</b> – Divulgação da composição da cesta.....	48
<b>Figura 4</b> – Processo de montagem das cestas .....	49
<b>Figura 5</b> – Quintal agroflorestal de lote no Assentamento Canudos. ....	50
<b>Figura 6</b> – Interação entre os integrantes do circuito: politização das discussões. ....	53
<b>Figura 7</b> – Produção diversificada - lote no Assentamento Emiliano Zapata. ..	57
<b>Figura 8</b> – Produção diversificada - lote no Assentamento Canudos.....	58
<b>Figura 9</b> – Interação entre os integrantes do circuito: reconhecimento e solidariedade.....	65
<b>Quadro 1</b> – Perfil dos (as) entrevistados (as), data e forma das entrevistas ....	19
<b>Quadro 2</b> – Categorias analíticas .....	21
<b>Tabela 1</b> – Dinâmica dos estabelecimentos rurais em 2006 e 2017 em Uberlândia-MG (estabelecimentos categorizados como “agricultura familiar” e “agricultura não familiar” segundo classificação do IBGE).....	10

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu

ACAMPRA – Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária

BH – Belo Horizonte

CCC – Circuito Curto de Comercialização

CEP-UFSCar – Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos

COVID-19 - Doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 (sigla do inglês)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MG – Minas Gerais

MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCS – Organização de Controle Social

OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PANC – Planta alimentícia não convencional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

RAA – Rede Alimentar Alternativa

SAF – Sistema Agroflorestal

SARS-CoV-2 – Síndrome Respiratória Aguda Grave do Coronavírus 2 (sigla do inglês): vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa a doença COVID-19

UDR – União Democrática Ruralista

## **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: A CONQUISTA DE TERRITÓRIOS PARA AGROECOLOGIA NO TRIÂNGULO MINEIRO**

**Autor: Fernando Cesar de Oliveira Souza**

**Orientador: Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto**

**Coorientadora: Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta-Maistro**

### **RESUMO**

Diante do cenário de predomínio de um sistema agroalimentar globalizado que opera no sentido de subalternizar a agricultura camponesa, novos mercados são construídos, a exemplo dos circuitos curtos de comercialização, como forma de reconectar os produtores e consumidores de alimentos. Tal forma de comercialização, assim como a própria agroecologia, tem por princípio, lógicas antagônicas às predominantes no atual regime alimentar. Desta forma, camponeses têm buscado construir por meio de circuitos curtos uma alternativa em direção a conquista de maior autonomia. Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi avaliar e discutir o potencial dos circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos, enquanto ferramentas de resistência camponesa ao regime agroalimentar corporativo, a partir de uma abordagem territorial. A metodologia da pesquisa é composta do estudo de caso da experiência de comercialização das cestas agroecológicas “Semeando Agroflorestas”, no município de Uberlândia/MG. Constituíram instrumentos de coleta de dados: análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com atores relacionados ao circuito. As análises dos resultados apontaram para a constituição de um território, a partir das relações sociais construídas com base na solidariedade, reconhecimento mútuo, transparência e aprendizagem. O circuito se mostrou como mecanismo, estratégia e também produto de uma territorialidade agroecológica, ratificando o potencial político da agroecologia em prover caminhos contra-hegemônicos para a constituição de sistemas agroalimentares mais éticos, justos e sustentáveis.

**Palavras-chave:** agricultura camponesa, agroecologia, circuitos curtos de comercialização de alimentos, territorialidade agroecológica, território, redes alimentares alternativas, soberania alimentar.

## **SHORT FOOD SUPPLY CHAINS: THE CONQUEST OF TERRITORIES FOR AGROECOLOGY IN TRIÂNGULO MINEIRO**

**Author: Fernando Cesar de Oliveira Souza**

**Advisor: Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto**

**Coadviser: Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta-Maistro**

### **ABSTRACT**

Faced with the prevailing scenario of a globalized agri-food system that operates towards the subordination of peasant agriculture, new markets are built, like the short food supply chains, as a way to reconnect food producers and consumers. This form of commercialization, as well as agroecology itself, has as a principle, antagonistic logics to those prevailing in the current food regime. In this way, peasants have sought to build by means of short food supply chains an alternative towards the achievement of greater autonomy. In view of the above, the objective of this study was to evaluate and discuss the potential of short agroecological food supply chains, as tools of peasant resistance to the corporate agri-food regime, based on a territorial approach. The methodology of the research is composed of the case study of the experience of agroecological baskets "Sowing Agroforestry", in Uberlândia/MG. Data collection instruments were: documentary analysis, participant observation and semi-structured interviews with actors related to the chain. The analysis of the results pointed to the constitution of a territory, from the social relations based on solidarity, mutual acknowledgment, transparency and learning. The chain demonstrated to be a mechanism, strategy and also product of an agroecological territoriality, ratifying the political potential of agroecology in providing counter-hegemonic paths for the constitution of more ethical, fair and sustainable agri-food systems.

**Keywords:** peasant agriculture, agroecology, short food supply chains, agroecological territoriality, territory, alternative food networks, food sovereignty.

## **CIRCUITOS CORTOS DE COMERCIALIZACIÓN: LA CONQUISTA DE TERRITORIOS PARA AGROECOLOGÍA EN EL TRIÂNGULO MINEIRO**

**Autor:** Fernando Cesar de Oliveira Souza

**Orientador:** Prof. Dr. RICARDO SERRA BORSATTO

**Coorientadora:** Profa. Dra. Marta Cristina Marjotta-Maistro

### **RESUMEN**

Ante el escenario de predominio de un sistema agroalimentario globalizado que opera en el sentido de agricultura campesina a la agricultura campesina, se construyen nuevos mercados, como los circuitos cortos de comercialización, siendo esta una forma de reconectar a los productores y consumidores de alimentos. Tal forma de comercialización, así como la propia agroecología, tiene por principio, lógicas antagónicas a las predominantes en el actual régimen alimentario. De esta forma, campesinos han buscado construir por medio de circuitos cortos una alternativa en dirección a la conquista de mayor autonomía. Ante lo expuesto, el objetivo de este trabajo fue evaluar y discutir el potencial de los circuitos cortos de comercialización de alimentos agroecológicos, como herramientas de resistencia campesina al régimen agroalimentario corporativo, a partir de un abordaje territorial. La metodología de la investigación se compone del estudio de caso de la experiencia de comercialización de las canastas agroecológicas "Sembrando Agroflorestas", en el municipio de Uberlândia/MG. Constituyeron instrumentos de recolección de datos: análisis documental, observación participante y entrevistas semiestructuradas con actores relacionados al circuito. Los análisis de los resultados apuntaron hacia la constitución de un territorio, a partir de las relaciones sociales construidas con base en la solidaridad, reconocimiento mutuo, transparencia y aprendizaje. El circuito se mostró como mecanismo, estrategia y también producto de una territorialidad agroecológica, ratificando el potencial político de la agroecología en proveer caminos contra-hegemónicos para la constitución de sistemas agroalimentarios más éticos, justos y sostenibles.

**Palabras clave:** agricultura campesina, agroecología, circuitos cortos de comercialización de alimentos, territorialidad agroecológica, territorio, redes alimentarias alternativas, soberanía alimentaria.

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Os canais curtos de comercialização de alimentos têm sido apontados como notáveis inovações emergentes junto ao sistema agroalimentar. As últimas décadas foram marcadas pelo desenvolvimento de novas e até mesmo fortalecimento de tradicionais cadeias de comercialização de alimentos que evidenciam certo dinamismo no interior do sistema agroalimentar. Esses circuitos se apresentam com uma diversidade de formas e dinâmicas e têm sido alvo de intenso interesse da pesquisa científica internacional. Entre as principais características que permeiam a diversidade dessas experiências heterogêneas, aponta-se o aumento da proximidade entre produtores e consumidores (CHIFFOLEAU et al., 2019; CORSI et al., 2018).

As diferentes denominações para os novos mercados refletem definições diversas, porém, inter-relacionadas e que, por sua vez, revelam diferentes sentidos, enfoques e contribuições das diferentes disciplinas aos estudos sobre o sistema agroalimentar. Entre essas denominações, o fenômeno é abordado como redes alimentares alternativas, circuitos ou cadeias curtas de suprimento de alimentos, mercados aninhados ou imersos, etc. A essas redes são atribuídas noções que as distinguem de configurações dominantes do mercado global de alimentos, principalmente no que diz respeito aos produtos comercializados: com produção local e mais sustentável, dotados de maior qualidade, com respeito a cultura local, ao meio ambiente e baseados num comércio justo (CORSI et al., 2018; GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016; VAN DER PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012).

O afloramento desses circuitos é frequentemente associado a uma resposta de produtores e consumidores à configuração hegemônica do sistema agroalimentar mundial. Nesse sentido, esses mercados são considerados como construções sociais de um conjunto de atores e instituições que se articulam em torno do abastecimento alimentar criando laços e estratégias para

o escoamento e consumo de produtos distintos (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016). As críticas ao desenvolvimento do sistema agroalimentar destacam sua operacionalização a partir de uma intensa concentração de poder de grandes corporações, conformando verdadeiros impérios alimentares com atuação por toda a cadeia produtiva e cuja reprodução acontece às custas da geração de contradições como a insegurança alimentar de expressiva parte da população mundial, aumento das desigualdade sociais, exclusão de agricultores camponeses, além das consequências ambientais globais como as mudanças climáticas (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012; VAN DER PLOEG, 2008, 2019).

As dinâmicas concentradoras e em constante transformação dos impérios alimentares subjagam camponesas e camponeses ao forçar seu posicionamento no sistema agroalimentar como tomadores de preços de corporações produtoras de insumos e de intermediários na comercialização de sua produção. Esse cenário não é vivenciado passivamente pelo campesinato, que o contesta em permanente conflitualidade, organizando-se em processos históricos de luta. Na fase atual do regime alimentar corporativo, essas lutas tomam contornos diferenciados. Especificamente no que se refere à produção agrícola, essa luta revela o questionamento da imposição de um padrão produtivista de base industrial que impõe técnicas e insumos externos às propriedades rurais na forma de um pacote tecnológico e que levam os camponeses a uma situação de crescente dependência, atentando contra sua autonomia (GLIESSMAN, 2015; GUAZZELLI; RIBEIRO, 2015; MCMICHAEL, 2009).

Como respostas, observa-se a promoção da agroecologia como alternativa que leva em consideração as dinâmicas ecológicas dos agroecossistemas, os territórios e os modos de vida das comunidades camponesas. Essa contestação ganha força à medida que se associa à noção de soberania alimentar. Uma pauta construída pelos movimentos camponeses, por meio da qual reivindicam seus direitos e poder de decisão sobre territórios, seus modos de produção e estilos de vida em direção a transformação do sistema agroalimentar dentro de padrões sustentáveis (LEVIDOW; PIMBERT;



VANLOQUEREN, 2014; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2014).

Ao basear-se em princípios e valores contestadores e ao construir (e resgatar) conhecimentos que questionam a prática de uma agricultura de base industrial, o exercício da agroecologia tem sido capaz de produzir alimentos dotados de atributos distintivos que vem ao encontro de preocupações de consumidores (DAROLT et al., 2016). Entre eles, se destacam a qualidade atribuída ao alimento, a origem local e uma produção de base ecológica (SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016; VAN DER PLOEG, 2014). Esse encontro é um elemento essencial para a construção dos novos mercados capazes de escoar a produção camponesa.

A massificação ou territorialização da prática agroecológica é um objetivo que vem recorrentemente sendo apontado, em estudos, como um dos principais desafios enfrentados na construção de um sistema alimentar radicalmente diferente, inclusivo, justo e sustentável. Nesses estudos, a conexão entre a esfera produtiva e a esfera da circulação é fortemente considerada para que a produção agroecológica se expanda sobre maiores áreas e propriedades agrícolas. Isto é, ressalta-se a importância da construção de mercados favoráveis capazes de contribuir no fomento a uma transição agroecológica (BORSATTO et al., 2019; FERGUSON et al., 2019; MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO et al., 2018; NICHOLLS; ALTIERI, 2018).

Se a heterogeneidade das experiências com as novas redes alimentares já vem suscitando grande interesse na compreensão dessa realidade contemporânea, a especificidade dessas experiências quando assentadas em bases que explicitamente questionam esse sistema e reivindicam uma nova construção, como propõe o paradigma agroecológico, merece uma atenção especial.

Nesse sentido, a construção das cadeias curtas e novos mercados para a produção agroecológica levantam questões como: Quais dinâmicas essas novas redes constroem e sobre as quais se reproduzem? Qual a longevidade dessas novas construções sociais? Qual é, de fato, seu potencial transformador? Esse potencial se efetiva frente as pressões de hibridização e

convencionalização dos impérios alimentares? Qual potencial impacto para a massificação da agroecologia esses novos arranjos oferecem? Não obstante a essas questões, é notável a necessidade de novos métodos e abordagens para o aprofundamento da compreensão desses mercados, tal como expressam trabalhos de Blumberg et al. (2020), Chiffolleau et al. (2019), Corsi et al. (2018), Sonnino e Marsden (2006) e Tregear (2011).

Nesse sentido, justifica-se um esforço de pesquisa acerca dos circuitos curtos de alimentos agroecológicos a fim de se compreender a efetivação de seu caráter transformador, bem como sua associação com a construção da soberania alimentar na contestação da hegemonia do regime alimentar corporativo. Como contribuição de tal esforço, busca-se avançar na compreensão de formas de aumentar o grau de autonomia relativa dos agricultores no sentido de romper com sua subordinação, contribuindo para avançar no estabelecimento de uma agricultura sustentável promotora de saúde e que conserve o meio ambiente.

Desta forma, nessa dissertação, foi empreendida uma investigação empírica no município de Uberlândia, no estado de Minas Gerais (MG). O município é o mais populoso do interior do estado com uma população estimada para o ano de 2021 de 706.597 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021) O município se localiza na mesorregião do Triângulo Mineiro, porção a oeste do estado de Minas Gerais. Hoje o município é conhecido como a “capital nacional da logística”<sup>1</sup> (FIGUEIRA, 2021).

A formação econômica do Triângulo Mineiro se inicia na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, relacionada à exploração mineral que teve seu auge na região entre as décadas de 1740 e 1780. A decadência do ciclo do ouro não afetou significativamente a região, devido à proximidade com a economia paulista, em franco desenvolvimento. Nessa época, a região já desenvolvia atividades pecuárias e comerciais em apoio a mineração (GUIMARÃES, 2010).

---

<sup>1</sup> Esse título reivindica o reconhecimento do município como importante centro, onde se destaca a capacidade de receber e escoar mercadorias por meio de um sistema viário bastante desenvolvido e integrado.

A agropecuária continuou a se desenvolver no Triângulo Mineiro e desponta no cenário nacional ainda na atualidade a partir de grandes extensões de terra destinadas a pastagens e lavouras. O desenvolvimento da agropecuária na região também se estende à produção de grãos (principalmente soja, milho e café) e cana-de-açúcar. A partir da década de 1970, a região é tida pelo Estado brasileiro como prioritária para o avanço da fronteira agrícola no país. Isso se dá tanto pela localização privilegiada como por ter como seu domínio predominante o cerrado, visto como um grande vazio econômico e com topografia favorável à exploração agropecuária mecanizada (MASSON, 2020; PEREIRA, 2015; RIBEIRO, 2005). Os investimentos estatais com penetração de capital externo e isenção de impostos impulsionou a criação de infraestrutura e a tecnificação de uma agricultura moderna baseada em grandes propriedades rurais (MASSON, 2020; PEREIRA, 2015).

Uberlândia seguiu um caminho de desenvolvimento econômico beneficiado pela localização geográfica privilegiada do ponto de vista da circulação de mercadorias (com importantes rodovias e ferrovias) e hoje constitui uma supremacia econômica na região, com uma grande concentração urbana (GUIMARÃES, 2010). A estrutura fundiária seguiu de forma extremamente concentrada, como revelam os últimos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do IBGE (Tabela 1).

**Tabela 1** – Dinâmica dos estabelecimentos rurais em 2006 e 2017 em Uberlândia-MG (estabelecimentos categorizados como “agricultura familiar” e “agricultura não familiar” segundo classificação do IBGE).

<b>Categoria</b>	<b>Ano</b>	<b>Total</b>	<b>Agricultura não familiar</b>	<b>Agricultura familiar</b>
<b>Nº Estabelecimentos</b>	2006	1832	817	1015
	2017	2706	1002	1704
<b>Área (ha)</b>	2006	286604	266829	19776
	2017	298749	261371	37378
<b>Nº Pessoas ocupadas</b>	2006	3759	3500	259
	2017	9922	5759	4163

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021.

As elites agrárias do Triângulo Mineiro, com influentes representantes do agronegócio, tiveram grande importância política, inclusive em nível nacional.

Souza (2013) discute a influência que as entidades patronais do agronegócio na região como a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), com sede em Uberaba, tiveram na fundação e difusão da União Democrática Ruralista (UDR) e sua agenda contrária as políticas de reforma agrária na década de 1980.

Todavia, a histórica territorialização do modo de produção capitalista na agricultura da região, característica do regime alimentar corporativo, se confronta com estratégias que possuem como objetivo sua superação. Nesse sentido, a região é marcada por intensos conflitos fundiários, por meio dos quais os movimentos camponeses como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) lutam pela distribuição da terra para produção de alimentos saudáveis (COCA; VINHA; CLEPS JUNIOR, 2021).

Os conflitos de luta pela terra no Triângulo Mineiro expressam historicamente a violência do embate das elites agrárias contra os movimentos socioterritoriais em todo o Brasil. Particularmente, o contexto regional de grandes propriedades com terras muito valorizadas, somadas à elite agrária detentora de grande poder, conforma um Triângulo Mineiro como uma das regiões onde há maior dificuldade de se empreender a luta pela democratização do acesso e a permanência na terra. Nesse sentido, o próprio MST avalia o Triângulo Mineiro como a regional de atuação mais conflituosa dentro do estado de Minas Gerais, visto os frequentes embates contra a territorialização do agronegócio (VIEIRA, 2014).

Essas dificuldades são claramente representadas pela grande violência privada e estatal cometida contra os trabalhadores do campo e lideranças populares que ousam se contrapor ao modelo hegemônico de concentração fundiária e lutar pela reforma agrária. A violência acontece por ação tanto de ação armada de pistoleiros a mando de latifundiários e empresários quanto pelas próprias ações da polícia. Muitos camponeses foram vitimados com a própria vida nos processos de luta e resistência e numerosos foram os violentos despejos em reintegrações de posse respaldados por um judiciário que se manifesta favorecendo a manutenção dos latifúndios e a criminalização

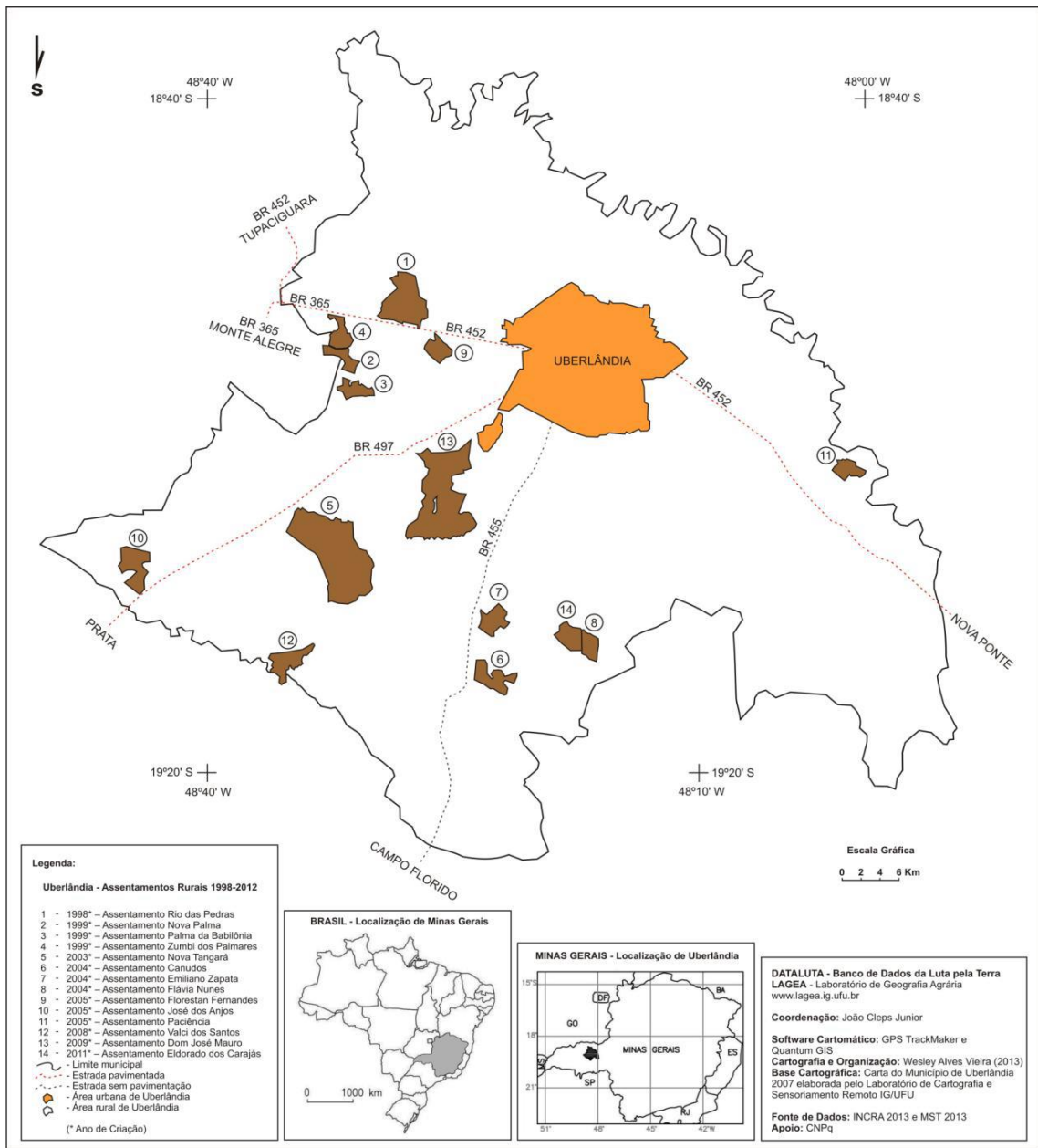
dos movimentos socioterritoriais (MASSON, 2020; SILVÉRIO, 2006, 2012; VIEIRA, 2014).

Desta forma, a realidade contraditória do campo na região do Triângulo Mineiro revela uma questão agrária latente marcada pela conflitualidade entre um modelo de agricultura capitalista caracterizada pela alta concentração fundiária, monocultivo, intensivo uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos, cultivos de plantas modificadas geneticamente e intensa mecanização e a contestação desse modelo por movimentos socioterritoriais (FERREIRA; VINHA, 2020; MASSON, 2020).

Retrato disso, o município de Uberlândia-MG apresenta um total de 15 assentamentos rurais de reforma agrária<sup>2</sup> (COCA; VINHA; CLEPS JUNIOR, 2021; RIBEIRO, 2019) (Figura 1). Em 2014, dez anos após a conquista de assentamentos a partir da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela desapropriação de fazendas improdutivas na região, agricultores de 4 assentamentos (Canudos, Emiliano Zapata, Flávia Nunes e Florestan Fernandes) fundaram a Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária (ACAMPRA), a partir de discussão para se organizarem enquanto camponeses da reforma agrária. Mais recentemente, o pré-assentamento Roseli Nunes III, localizado no município de Monte Alegre de Minas, na região metropolitana de Uberlândia, passou a ter agricultores associados à ACAMPRA. No total, 84 famílias de Uberlândia e 28 de Monte Alegre de Minas, residem nos 5 assentamentos que compõem a ACAMPRA, onde a maioria possui vínculos com a associação (RIBEIRO, 2019).

---

<sup>2</sup> Além dos 14 assentamentos representados na Figura 1, o décimo quinto assentamento de Uberlândia, o assentamento Carinhosa, resultado da luta do Movimento pela Libertação dos Sem Terra (MLST), encontra-se em processo de insegurança jurídica, pois o Decreto de Aquisição da Compra da Fazenda Carinhosa, assinado nos últimos dias da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, antes de ser destituída por um golpe político em 2016, foi revogado pelo seu sucessor, Michel Temer (COCA; VINHA; CLEPS JUNIOR, 2021; SANTOS, 2021).



**Figura 1 – Uberlândia: Assentamentos Rurais**  
**Fonte:** Vieira (2014).

Segundo levantamento feito por Ribeiro (2019), a ACAMPRA comercializou por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no ano de 2018, um total de 40 toneladas por semana de hortifrúti para cinquenta e seis escolas estaduais e municipais dos municípios de Uberlândia-MG e Araguari-MG. Além disso, em agosto de 2018, iniciaram a

comercialização das cestas “Semeando Agroflorestas<sup>3</sup>” apenas com produtos agroecológicos (RIBEIRO, 2019).

Dada essa realidade peculiarmente desfavorável à democratização do acesso à terra e à produção de alimentos agroecológicos, merecem destaque a territorialização camponesa via processos de luta pela reforma agrária e a constituição dos circuitos curtos de comercialização de alimentos operacionalizados pelos movimentos sociais na região como as cestas Semeando Agrofloresta do MST.

Diante do exposto, esse trabalho visa responder à pergunta norteadora: As experiências dos circuitos curtos de comercialização têm avançado na conquista de territórios que produzam discursos e práticas de resistência ao sistema agroalimentar hegemônico?

Assim, trabalhamos com a hipótese central de que os circuitos curtos de comercialização apresentam o potencial de construção, ao mesmo tempo em que são produtos de territórios que contestam princípios sustentadores do sistema agroalimentar hegemônico e proporcionam uma base para a territorialização da agroecologia. No que tange aos esforços desse trabalho, coube analisar as dinâmicas relacionadas a construção de um circuito curto de comercialização denominado “Cestas Semeando Agroflorestas” situado no Triângulo Mineiro, por meio do qual alimentos agroecológicos são produzidos por camponeses em assentamentos de reforma agrária do MST e distribuídos ao consumo em Uberlândia/MG.

Desta forma, aponta-se como objetivo geral desse trabalho, avaliar e discutir o potencial da comercialização das cestas de produtos agroecológicos enquanto processo promotor de territórios que resultam em discursos e práticas de produção e consumo contestadoras do sistema agroalimentar de base corporativa.

Os objetivos específicos pretendidos com essa investigação são:

---

<sup>3</sup> As agroflorestas ou os Sistema Agroflorestais (SAFs), que dão nome ao circuito das cestas implementado pelos camponeses associados a ACAMPRA, são entendidos como práticas, sistemas ou tecnologias caracterizadas pela combinação da introdução ou manutenção deliberada de plantas lenhosas perenes e cultivos agrícolas. Essa combinação pode se dar em diferentes arranjos espaciais ou sequencias temporais (ATANGANA et al., 2014).

- Investigar e descrever o histórico da comercialização das cestas de produtos agroecológicos Semeando Agroflorestas distribuídas pela Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária, em Uberlândia/MG;
- Identificar as motivações e possíveis mudanças de padrão de consumo entre os consumidores das cestas Semeando Agroflorestas no município de Uberlândia/MG.
- Analisar o envolvimento da relação entre agricultores e consumidores das cestas Semeando Agroflorestas.

Para tanto, mobilizamos a contribuição do enfoque territorial como abordagem capaz de auxiliar no desenvolvimento de um melhor entendimento de novos mercados, sobretudo, a partir de sua capacidade de considerar imprescindíveis as relações sociais na conformação do território para além de seus elementos tangíveis. Ou seja, as relações sociais que se estabelecem no desenvolvimento do circuito curto de comercialização refletem uma produção espacial que representa o exercício do poder (FERNANDES, 2008, 2009).

O argumento central é de que a construção de circuitos curtos, quando alicerçado em princípios agroecológicos, extrapola o caráter econômico da comercialização e faz intervir um território caracterizado por espaços, recursos e relações sociais que permeiam uma territorialidade contrastante aos padrões hegemônicos operados pelo sistema alimentar vigente.

Tendo sido introduzida a problematização que sustenta o cerne dessa pesquisa, bem como tendo evidenciado a conflitualidade que marca a realidade agrária do Triângulo Mineiro, a próxima seção detalha os caminhos metodológicos percorridos durante essa pesquisa. Desde uma caracterização geral das condições e processos de pesquisa, até as técnicas utilizadas para a coleta e análise dos dados.

## 1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa, que tem uma abordagem qualitativa, aconteceu entre os anos de 2019 e 2021 no município de Uberlândia, no estado de Minas



Gerais, região sudeste do Brasil, onde se concentra a maior parte dos atores e recursos que constituem a Rede das Cestas Semeando Agrofloresta.

Durante o ano de 2019, o desenvolvimento da pesquisa envolveu a revisão bibliográfica que se estendeu até o fim da redação dessa dissertação, bem como a elaboração da proposta de pesquisa e a submissão ao Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (CEP-UFSCar)<sup>4</sup>. Ainda nesse ano, ocorreu a primeira visita junto à ACAMPRA em um dia de organização das cestas.

Os dois próximos anos foram atravessados pela pandemia decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2), causador da doença COVID-19, o que impactou o desenvolvimento da pesquisa de campo, que previa a realização de entrevistas, em sua totalidade, presencialmente. Devido a necessidade de distanciamento social, aliada às flutuações dos níveis de contágio, tanto do município domicílio do pesquisador, quanto no município onde a etapa de campo aconteceria e, ainda, somado o risco inerente à ocupação principal do pesquisador, como trabalhador da saúde pública, a ausência de financiamento para dedicação exclusiva à pesquisa e impelido pelas funções laborais a se dedicar diretamente contra a disseminação do vírus, formaram-se condições que incluíram o pesquisador em grupo de elevada exposição ao vírus. Devido a esses fatos, a maior parte das entrevistas foi realizada no ano de 2021, em uma situação de redução dos níveis de contágio e avanço da imunização da população. Além disso, e ainda visando reduzir os riscos junto aos sujeitos da pesquisa, lançou-se mão do recurso de videochamadas para realização de parte das entrevistas de forma remota.

Apesar das imposições conjunturais terem impactos indesejados e inicialmente vistos com negativos para a pesquisa, por alterar consideravelmente o planejamento, houve uma ampliação do período analisado, podendo-se verificar dinâmicas ocasionadas no circuito analisado pelas diferentes fases do período pandêmico.

---

<sup>4</sup> O desenho dessa investigação, bem como os instrumentos de coleta de dados, seguem os princípios éticos da pesquisa científica e foram submetidos a apreciação do Conselho de Ética em Pesquisa da UFSCar. Após sua aprovação sob número de Parecer 4.292.292/2020 (número de Cadastro: 34584820.2.0000.5504), a pesquisa de campo se iniciou.

A pesquisa empírica conforma um estudo de caso. O estudo de caso, enquanto método de pesquisa, aplica-se adequadamente a esta investigação devido a necessidade de aprofundamento do fenômeno social complexo e relativamente recente como os mercados aninhados. Desta forma, como método, o estudo de caso proporciona o aprofundamento do caso e a retenção de perspectivas holísticas e realistas (YIN, 2018). Como pontuaram Sonnino e Marsden (2006), existe uma necessidade urgente de desenvolvimento de abordagens teóricas a respeito das redes alimentares alternativas.

Os instrumentos de coleta de dados se compreenderam: pesquisa documental, realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante. Além dessas, como metodologia auxiliar foi utilizado o caderno de campo para anotações das percepções durante todo o andamento da pesquisa e foram consideradas as conversas informais durante os períodos de observação. Em conjunto, os diversos instrumentos de coleta de dados empregados constituem mecanismo de triangulação cruzada das informações.

Em dois momentos de idas a campo, uma datada de 28/10/2019, com a visita exploratória na sede da ACAMPRA, e outra em 13/09/2021, o processo de recepção dos alimentos e montagem da cesta pôde ser vivenciado de forma participativa. Em outras ocasiões, as incursões no município objetivaram a realização das entrevistas. Nas entrevistas com os camponeses também foi realizada uma travessia ou caminhada transversal pelas áreas produtivas.

No primeiro momento, a etapa de campo desta pesquisa se iniciou com uma visita exploratória para conhecer a área de estudo. Nessa etapa, foi vivenciado na sede da ACAMPRA o processo de recebimento de alimentos e montagem das cestas (28/10/2019). Em seguida, se procedeu uma compilação e análise documental a respeito da ACAMPRA. Nessa etapa, foram solicitados junto a associação, os documentos que abordam sua constituição, suas atividades, sua atual conformação organizativa, os vínculos que ela estabelece com seus associados e a identificação de outras formas de comercialização. Ademais, foram compiladas as planilhas de organização das cestas enquanto circuito de comercialização, nas quais constam, atores, quantitativos e valores dos produtos, rotas de entrega mostrando sua evolução no tempo e espaço.

As entrevistas foram realizadas no ano de 2020 e 2021. A primeira entrevista foi realizada em 08/08/2020 com um dos organizadores que também prestava assistência técnica agroecológica aos camponeses. Nessa ocasião, após a entrevista, a outra organizadora também estava presente. Essa escolha foi intencional, pois esses sujeitos se relacionavam com todos os participantes do circuito e, a partir de então, auxiliaram na identificação de potenciais sujeitos a serem entrevistados. Desta forma, a seleção dos entrevistados foi realizada, de forma a garantir na amostra, a maior diversidade entre os grupos que compõem a rede, possibilitando identificar estruturas de sentido e as variadas representações compartilhadas sobre o objeto de estudo. Nesse sentido, buscou-se selecionar agricultores de todos os assentamentos e consumidores de uma diversidade de bairros do município de Uberlândia. O universo da amostra era a totalidade de camponeses que forneciam alimentos para as cestas (25) e os consumidores (127) no mês de dezembro de 2019, período no qual os organizadores deixaram as funções locais junto a ACAMPRA para assumirem outras tarefas junto ao MST.

Esse trabalho buscou analisar tanto produtores quanto consumidores de alimentos do circuito por entender como essencial a análise do conjunto das relações sociais que se processam em seu desenvolvimento, visto que as relações sociais são a base da constituição de territórios (RAFFESTIN; BUTLER, 2012). Ademais, a falta da perspectiva do consumidor tem sido frequentemente relatada como uma deficiência de muitos trabalhos ao não considerar a contribuição dos consumidores para os sistemas alimentares (CORSI et al., 2018; TREGGAR, 2011).

Os consumidores são referidos em alguns dos documentos e em menções nas ferramentas de comunicação e informação como coprodutores, evidenciando uma maior importância na participação junto à produção. A partir desse ponto, a construção desse texto passará a adotar essa denominação para esses participantes do circuito das Cestas Semeando Agroflorestas.

A realização de entrevistas semiestruturadas foi realizada com os três principais atores que conformam essa rede alimentar (Quadro 1) – camponeses, coprodutores e gestores da rede. Num total, foram realizadas 21

entrevistas: 7 com camponeses fornecedores de alimentos para as cestas Semeando Agroflorestas, 12 coprodutores e os 2 atores envolvidos diretamente nas atividades organizativas entre 2018 e 2019. As entrevistas semiestruturadas têm sido utilizadas como técnica de coleta de dados pois permite lograr um certo nível de diretividade sem inibir a livre manifestação dos atores entrevistados, quesito fundamental para compreensão de sistemas de significados e valores de determinado grupo social. Elas se baseiam em um roteiro pré-estabelecido, porém com flexibilidade de alterar o ordenamento e abordar temas relacionados indiretamente (FRASER; GONDIM, 2004; GIL, 2008). Os roteiros elaborados para a condução das entrevistas encontram-se no apêndice desta dissertação.

**Quadro 1** – Perfil dos (as) entrevistados (as), data e forma das entrevistas

<b>Categoria</b>	<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Gênero</b>	<b>Data</b>	<b>Forma</b>
<b>Organizador(a)</b>	V.S.M.	32	M	26/09/2020	Presencial
	L.A.R.	30	F	28/10/2021	Remotamente
<b>Camponês(a)</b>	L.O.N.L.	34	F	14/11/2020	Presencial
	T.R.S.	36	F	17/09/2021	Presencial
	E.M.S	37	F	24/09/2021	Presencial
	L.F.S	64	M	24/09/2021	Presencial
	G.G.V.	65	F	26/09/2021	Presencial
	D.B.L.	40	M	26/09/2021	Presencial
	A.S.B.	60	M	27/09/2021	Remotamente
<b>Coprodutor(a)</b>	D.M.S.L.	36	M	28/10/2020	Remotamente
	J.C.O.	34	F	15/09/2021	Remotamente
	T.B.	40	M	16/09/2021	Remotamente
	P.A.G.	31	F	17/09/2021	Presencial
	A.A.A.S.M.	39	M	17/09/2021	Remotamente
	P.P.A.R.	64	F	20/09/2021	Remotamente
	I.T.C.	48	F	22/09/2021	Remotamente
	C.M.B.R.	27	F	23/09/2021	Remotamente
	A.R.L	33	M	23/09/2021	Remotamente
	J.S.F.	47	F	28/09/2021	Remotamente
	O.M.M.	54	F	28/09/2021	Remotamente
	A.C.M.	33	F	30/09/2021	Remotamente

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Como consequência da pandemia da COVID-19 e sua necessidade de distanciamento social, a maioria das entrevistas foi feita de maneira remota, por meio de videoconferência utilizando a plataforma Google Meet®. Nas entrevistas com os camponeses, buscaram-se abordar questões que permitam a caracterização da unidade produtiva, tamanho e histórico da propriedade, a diversidade das culturas, as principais atividades realizadas pela família, as dificuldades enfrentadas nas atividades agrícolas, as formas de comercialização da produção, o que influencia na adoção de práticas agroecológicas e de comercialização e as transformações no entendimento da agroecologia e do próprio mercado aninhado. Já nas entrevistas com os coprodutores, foram abordadas questões que auxiliam a identificar as motivações para participar dos grupos de consumo das cestas, o tempo de participação no grupo, as formas, benefícios e dificuldades dessa participação. Por fim, com os atores envolvidos na organização de toda a logística do esquema de cestas as entrevistas abordaram questões relacionadas ao funcionamento, sistemas de regras, e toda a estrutura sociomaterial envolvida na implementação do circuito. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise dos dados.

Apesar de apresentar uma diversidade, destaca-se o fato da totalidade dos coprodutores entrevistados ter como escolaridade o ensino superior completo. Entre suas ocupações, 5 são professores universitários, sendo 1 aposentada, 1 servidor público federal técnico-administrativo em educação, 1 professor da educação básica, 1 pedagoga com ocupação integral nas atividades familiares, 1 arquiteta, 1 psicóloga, 1 advogado e 1 estudante de pós-graduação.

A observação participante, muito comum em estudos etnográficos, integra o conjunto de técnica de coleta de dados desta pesquisa. Apesar das pontuais idas a campo, nas visitas à sede da Associação houve participação ativa do pesquisador na montagem das cestas, momentos nos quais pôde ser observado muito da dinâmica do circuito, bem como algumas de suas contradições. Além disso, o pesquisador foi incluído, em meados de 2019, no

grupo de WhatsApp que congrega camponeses, coprodutores e organizadores, onde as interações entre os atores puderam ser observadas.

A partir das entrevistas, observações e análise documental, pôde ser identificado um panorama detalhado do funcionamento do circuito. A apreensão dos sentidos mobilizados e da afetação que a participação na rede causa no cotidiano dos entrevistados permitiram a análise de uma territorialidade desenvolvida e a verificação de como se constrói o território a partir dos seus princípios. Os dados compilados referentes à pesquisa documental, assim como as entrevistas semiestruturadas transcritas foram interpretados tendo como base, a análise bibliográfica realizada.

A sistematização dos dados se deu por meio do auxílio de categorias de análise e uso de indicadores (GIL, 2008). A construção dos agrupamentos se deu com base na literatura acerca dos circuitos curtos e das categorias geográficas de território e territorialidade, principalmente a partir dos trabalhos de Dansero e Puttilli (2014) e Dansero e Pettenati (2018). Os autores buscaram formular dimensões para descrever as redes alimentares alternativas a partir da territorialidade (Quadro 2).

**Quadro 2 – Categorias analíticas**

<b>Dimensão</b>	<b>Descritor</b>
<b>Espaços</b>	A organização das Redes Alimentares Alternativas (RAAs) no espaço. O foco está tanto nos espaços de produção, onde uma nova ligação urbano-rural pode ser desenvolvida, quanto nos espaços de venda e consumo, que muitas vezes se tornam novos espaços de socialização
<b>Recursos</b>	O tipo de recursos utilizados em RAAs. Esses recursos podem ser bastante variados: em um extremo, eles podem ser altamente específicos localmente, indisponíveis ou irreproduzíveis em outros lugares, enquanto no outro extremo, eles podem ser recursos padronizados, reproduzíveis em qualquer lugar. É a comida vendida em RAAs a expressão de um lugar específico ou de uma rede específica de atores? Em que medida os recursos relacionais, culturais e materiais mobilizados através da rede vêm do ambiente de lugares específicos?
<b>Relações</b>	O tipo de relações sociais entre os atores que pertencem à RAA. Por um lado, pode-se encontrar experiências com uma dimensão comunitária explícita, baseada em relações face-a-face e confiança, por outro lado modelos mais estruturados, orientados para o mercado, organizativos. Qual é o principal objetivo da RAA? Um novo espaço de mercado para atividades econômicas? Um novo espaço de relações sociais? Apoiar o desenvolvimento de uma área fraca? Como esses diferentes objetivos se misturam em cada RAA?

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Dansero e Puttilli (2014) e Dansero e Pettenati, 2018.

Os indicadores utilizados foram aqueles utilizados por Fernandes (2019) em sua proposição de uma tipologia como princípios do conceito de territórios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

Em suma, esse trabalho apresenta resultados e análises de um estudo de caso do funcionamento das cestas de alimentos agroecológicos produzidas por camponeses assentados no Triângulo Mineiro e distribuídas a consumidores de Uberlândia/MG. Os instrumentos de coleta de dados consistiram em uma pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas conduzidas com camponeses, consumidores e outros sujeitos ligados à Associação que tem atuação na operacionalização do circuito. Os dados foram analisados a partir da contribuição da abordagem territorial, onde se consideraram elementos da territorialidade construída e construtora dos territórios e os princípios do conceito de território.

Desse modo, o próximo capítulo apresenta o referencial teórico que fundamenta as análises realizadas nesse trabalho. No terceiro capítulo, inicia-se a apresentação dos resultados da pesquisa empírica, numa perspectiva descritiva e analítica do circuito curto analisado. No quarto capítulo, são apresentados os resultados obtidos e a análise da experiência, a partir das territorialidades constituídas e produtoras do território. Por fim, no quinto e último capítulo, há a retomada da hipótese de trabalho, apresentação de considerações conclusivas em relação aos objetivos traçados e apresento perspectivas para continuidade das pesquisas na área.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 O SISTEMA AGROALIMENTAR CONTEMPORÂNEO: CAMPONESES E IMPÉRIOS ALIMENTARES

A atual conformação do sistema agroalimentar mundial tem sido objeto de preocupação e estudo no meio acadêmico internacional. Esse sistema é caracterizado pelo amplo alcance e intensa concentração de poder de um reduzido número de corporações que exercem controle ou influência sobre a produção e circulação global de alimentos (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2015). Numa perspectiva periodizada, McMichael (2009) conceitua a análise desta macroestrutura como a existência de um regime alimentar que corresponde às relações nas quais o alimento é produzido no contexto do desenvolvimento histórico do capitalismo. A partir dessa abordagem, o regime alimentar contemporâneo é caracterizado, entre outros aspectos, pela desregulação neoliberal, por corporações transnacionais do setor varejista como principais dirigentes ou tomadoras de decisões, pelas bio e nanotecnologias como paradigma agrotecnológico e pela produção de gêneros alimentícios processados e manufaturados (SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016).

No que diz respeito à produção agrícola propriamente dita, esse modelo impõe uma agricultura de base industrial caracterizada pela busca por altos índices de produtividade e lucro. Esta agricultura industrializada se baseia em seis práticas principais: cultivo intensivo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas/doenças/plantas indesejadas e manipulação genética dos cultivos. Sua trajetória histórica se desenvolveu no sentido da simplificação dos sistemas produtivos, resultando na produção de agroecossistemas muito diferentes da complexidade dos ecossistemas naturais (GLIESSMAN, 2015).

Os impactos negativos desse modelo de agricultura têm sido amplamente relatados e discutidos na produção científica internacional e abrangem diversos aspectos ambientais, mas também de ordem socioeconômica, a exemplo do endividamento das famílias camponesas



submetidas à aquisição de insumos externos às propriedades, produzidos por um mercado dominado por grandes corporações, em relação às quais, o campesinato se torna dependente (GUAZZELLI; RIBEIRO, 2015).

Van der Ploeg (2014) argumenta que o controle corporativo dentro do sistema agroalimentar na contemporaneidade se traduz, então, na forma de impérios alimentares. Estes impérios exercem seu controle nos fluxos de alimentos ao controlar pontos de entrada, saída e transformação, independentemente da propriedade dos meios de produção. O foco de seu poderio se concentra sobre os vínculos e, como consequência, consegue configurar e reconfigurar a produção, distribuição e consumo de bens agroalimentares.

O mesmo autor sinaliza que os impérios alimentares são personificados por uma variedade de expressões, como por exemplo, sistemas de agronegócio (VAN DER PLOEG, 2008), denominação mais comumente referenciada nos estudos agrários brasileiros. Fernandes (2019, p. 193) define o agronegócio como “um complexo de sistemas organizado em rede que envolve empresas de todos os setores da economia, partidos políticos e governos” que exerce influência sobre os sistemas agrícola, pecuário, industrial, comercial, financeiro e tecnológico e por esses sistemas é influenciado.

Desta forma, os impérios alimentares objetivam, além da busca pelo controle, apropriarem-se e centralizarem o valor. Isto é, os impérios buscam a apropriação do valor produzido por outros (VAN DER PLOEG, 2019). O sistema agroalimentar hegemônico de base corporativa atua empobrecendo os camponeses por meio da renda capitalizada da terra, “que acontece através do controle dos preços agrícolas pelas corporações, que se apropriam da maior parte da renda fundiária, expressa no valor da produção agropecuária camponesa” (FERNANDES, 2019, p. 202).

Segundo Fernandes (2019, p. 190) “o campesinato deve ser entendido uma classe social que se organiza em movimentos para produzir e defender suas condições de existência” e tem como base de sua estrutura organizativa, “a terra, família, trabalho, comunidade, produção e qualidade de alimentos,

conhecimentos diversos sobre modos de cultivo, reprodução de sementes e mercados que definem seus modos de vida, suas culturas e suas paisagens”.

O cerne da questão camponesa está na reprodução do grupo familiar, o que determina a natureza específica de suas unidades produtivas e, que, por sua vez, difere centralmente da organização das unidades de produção capitalistas, que se orientam pelas necessidades do mercado. (PAULINO; ALMEIDA, 2010). Nessa perspectiva, sustenta-se que é impossível compreender o campesinato separado da terra, pois a propriedade da terra é fundamental para a reprodução de seus costumes e de sua lógica de vida, na qual o autoconsumo da produção agrícola a partir da força de trabalho familiar desempenha um papel central (FERNANDES, 2019; PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Os camponeses se confrontam frequentemente com o risco do desaparecimento, da proletarização e da perda de autonomia. Esse debate constitui um importante histórico no pensamento dos estudos agrários, nos quais a desintegração do campesinato já foi, por muitas vezes vislumbrada como um destino inevitável, como parte dos processos de desenvolvimento do capitalismo. No entanto, o desenvolvimento capitalista se mostra de forma contraditória e combinada, no qual, a existência de relações de produção não capitalistas, típicas da economia camponesa, tornam-se essenciais ao seu desenvolvimento por meio de sua exploração (FERNANDES, 2019; PAULINO; ALMEIDA, 2010).

A luta por suas condições de existência é uma luta por terra e, portanto, pelo seu território, o que faz dos movimentos camponeses, movimentos socioterritoriais marcados por atualização de seus repertórios políticos e formas de organização (FERNANDES, 2019). Nesse processo, há a permanência de costumes como padrões coletivos de comportamento, representando elementos de resistência e de insubordinação (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Van der Ploeg (2008) analisa esse processo de enfrentamento como contradição às imposições de restrições e marginalização da agricultura camponesa pelos impérios alimentares, o qual denomina de recampesinação. Para o autor, esse processo caracteriza a condição camponesa e é realizado

pela articulação de novas estratégias de luta e resistência para enfrentar as dificuldades impostas. Entre elas, destacam-se o aumento da diversificação da produção agrícola, a criação de novos circuitos de comercialização de alimentos, a eliminação ou redução do uso de insumos externos às unidades produtivas provenientes de grandes mercados, o processamento dos produtos nas unidades produtivas camponesas e a cooperação entre os atores locais.

A despeito de que pese contra o campesinato toda essa assimetria de poder na agricultura, em relação aos impérios alimentares, os camponeses são os responsáveis por substancial parcela da produção de alimentos em escala global (FERNANDES, 2019; GUAZZELLI; RIBEIRO, 2015). Especificamente no Brasil, a produção agrícola familiar participou em 52% da geração de valor e 48% das receitas obtidas, valores considerados altos, dado o elevado nível de concentração fundiária brasileiro. Tais dados são provenientes do censo agropecuário de 2006, categorizados numa tipologia proposta por Kageyama, Bergamasco e Oliveira a fim de compreender a diversidade da agricultura familiar no Brasil com base na composição da mão-de-obra utilizada (KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2013).

Considerando esse vertiginoso abismo de poder na configuração do campo brasileiro, Fernandes (2019) sustenta que o papel desempenhado pelos camponeses no capitalismo se dá de forma subordinada e marginal aos interesses impostos pelo modelo de desenvolvimento orquestrado pelos impérios. A questão da histórica concentração fundiária brasileira, herdada desde os tempos coloniais, cumpre aqui um papel que facilita o acesso à terra para as grandes corporações capitalistas do sistema agroalimentar.

O Triângulo Mineiro pode ser tomado como um exemplo histórico, onde a ocupação agropecuária induzida e financiada pelo Estado, a partir da década de 1960, representa o cumprimento da agenda capitalista de territorialização sobre vastas áreas que eram, então, consideradas como grandes vazios econômicos (PEREIRA, 2015; RIBEIRO, 2005). Esse processo, vinculado aos interesses de modernização da agricultura brasileira por meio da implementação de um pacote tecnológico, seguem marcando as dinâmicas da questão agrária latente na região, bem como impulsiona processos de

(re)criação do campesinato por estratégias como as ocupações de terra para criação de assentamentos rurais (COCA, 2020; COCA; VINHA; CLEPS JUNIOR, 2021; MASSON, 2020).

## 2.2 SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

### 2.2.1 Soberania Alimentar

A soberania alimentar tem se difundido globalmente como pauta de destaque reivindicada por movimentos sociais camponeses (COCA, 2016; MCMICHAEL, 2014; WITTMAN, 2011). A proposta emerge de movimentos de resistência contra as configurações e consequências do regime alimentar de base corporativa sobre os direitos dos povos. Embora tenha ganhado destaque global durante a década de 1990, suas primeiras apresentações datam da década de 1980, segundo Edelman (2014) ainda que com aparições pontuais e objetivos pouco definidos.

O contexto no qual a soberania alimentar aparece como demanda dos movimentos sociais e começa a se fortalecer enquanto pauta é frequentemente associado aos processos de articulação internacional dos movimentos camponeses, entre eles a Via Campesina, que aglutina movimentos sociais globalmente e tem a soberania alimentar enquanto fio condutor de suas ações e proposições (EDELMAN et al., 2014).

A soberania alimentar é constituída como objetivo dos povos de estabelecerem domínio sobre seus territórios e produzir e consumir seus alimentos a partir de sistemas alimentares construídos autonomamente. Um conceito de soberania alimentar com um amplo escopo foi construído a partir do Fórum Mundial pela Soberania Alimentar (*World Forum for Food Sovereignty*) que reuniu organizações camponesas oriundas de 80 países na vila de Nyélény, em Sélingué, Mali, no ano de 2007. A declaração de Nyélény define a soberania alimentar como:

o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, e não nas demandas dos mercados e das empresas. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração. Oferece uma estratégia para resistir e dismantelar o atual regime comercial e alimentar corporativo, e orientações para os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e pesqueiros determinados pelos produtores locais (NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, p. 9, tradução minha).

Nas formulações da soberania alimentar o alimento é defendido como um bem social em vez de um recurso de poder utilizado pelos atores dominantes do regime alimentar corporativo (COCA, 2016). Assim, a soberania alimentar não se restringe aos camponeses como atores que atuam diretamente na produção de alimentos, mas significa para os consumidores um direito chave na concretização de uma vida digna e completa superando uma autonomia limitada de escolha sobre como nos alimentamos (LA VIA CAMPESINA, 2018).

McMichael (2016) defende a soberania como um movimento histórico que propõem uma visão alternativa de mundo num tempo em que as instituições e políticas do capitalismo neoliberal desestabilizam as sociedades e os ecossistemas como um todo. Segundo o autor, a

“soberania alimentar” reorganiza conceitualmente o mundo. O movimento por soberania alimentar não agrega somente os camponeses ou o alimento; em vez disso, ele se dirige aos antidemocráticos e insustentáveis impactos do mercado contemporâneo e do regime de investimentos. Ela aborda a reorganização da política econômica, modelando a luta social ao redor de princípios democráticos, igualdade de gênero, direitos dos produtores, práticas ecológicas e reequilibra da cisão rural/urbano (MCMICHAEL, 2016, p. 649 tradução minha).

O movimento por soberania alimentar propõe uma politização ao objetivo de segurança alimentar, pois agrega a esse a ideia de distinguir de onde os alimentos vem e sob que condições são produzidos e distribuídos. Denuncia, portanto a segurança alimentar neoliberal, como projeto do agronegócio, que em nome do objetivo nobre de erradicar a fome, na verdade, cumpre um papel de assegurar os interesses corporativos ao propaga ideias e práticas de livre

mercado, agricultura de escala, e tecnologias que violam a soberania dos povos (a exemplo das sementes transgênicas) como essencial para baratear os custos e possibilitar uma maior distribuição dos alimentos (EDELMAN et al., 2014; LA VIA CAMPESINA, 2018; MCMICHAEL, 2014, 2016; WALD; HILL, 2016).

Nesse sentido, os movimentos como a Via Campesina defendem a agroecologia dotada de seu caráter político como forma de orientar a produção de alimentos nos territórios e, então, preservar a autonomia, cultura, conhecimentos e modos de vida dos camponeses e de disputar o próprio território em si (GIRALDO; ROSSET, 2018; MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014; NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2014).

### **2.2.2 Agroecologia**

A agroecologia é um termo polissêmico com diferentes interpretações e definições utilizados em várias partes do mundo e por diferentes atores (RIVERA-FERRE, 2018; WEZEL et al., 2018). Gliessman (2018) afirma que quando o termo começou a ser difundido, nos anos 1980, era frequentemente usado como uma forma de alternativa e resistência às mudanças nos sistemas alimentares baseados num pacote tecnológico difundido a partir da revolução verde. Seu foco primário era no nível da propriedade ou no nível dos agroecossistemas<sup>5</sup>. Com o decorrer do tempo o termo sofre um processo de evolução no seu entendimento e em suas escalas.

Wezel (2009) afirma que no Brasil, diferentemente de outros países, a fundação da agroecologia se deve às iniciativas de diferentes tipos de movimentos baseados em práticas agrícolas tradicionais. No entanto, Caporal e Costabeber (CAPORAL; COSTABEBER, 2004) alertam para o equívoco de se confundir a agroecologia com um modelo de agricultura, um conjunto de

---

<sup>5</sup> Agroecossistemas são entendidos aqui como o conjunto de comunidades de plantas e animais que interagem como ambiente físico e químico que foi modificado para produzir elementos, fibras, combustíveis e outros produtos para o consumo humano (ALTIERI, 2012).

determinadas práticas e tecnologias agrícolas ou ainda a oferta de produtos ecológicos em oposição aos característicos dos pacotes tecnológicos da revolução verde. Nesse sentido, a agroecologia é defendida como disciplina científica que enfatiza as inter-relações entre os componentes do agroecossistema e

disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012, p. 105);

Essa abordagem, que dentro das ciências agrárias é observado como um novo enfoque revolucionário crítico a um modelo esgotado, não se limita a esse campo do conhecimento. Em vez disso, reúne conhecimentos da agronomia, da ecologia, da sociologia, da etnobotânica, e outras ciências afins, com uma ótica holística e sistêmica além de um forte componente ético (SARANDÓN, 2021).

Em contraposição a ideia de um modelo, a agroecologia é composta de um conjunto de princípios que orientam uma racionalidade ecológica para desenvolvimento de uma agricultura mais autossuficiente e sustentável. Wezel et al. (2020), ao realizarem um esforço interdisciplinar, sintetizam esses princípios em: (i) reciclagem de nutrientes e biomassa, (ii) redução ou eliminação de insumos, (iii) saúde do solo, (iv) saúde e bem-estar animal (v) conservação e aumento da biodiversidade (vi) aumento da sinergia ecológica, (vii) diversificação econômica, (viii) construção coletiva de conhecimento (ix) valores sociais e dietas diversificadas, sazonais e apropriadas culturalmente, (x) justiça, (xi) conectividade entre produtores e consumidores, (xii) governança sobre a terra e os recursos naturais e, (xiii) participação em processos decisórios e organização social.

Por conseguinte, resta claro que a agroecologia se efetiva em várias escalas: do campo, da propriedade e agroecossistema, da paisagem e até a do sistema agroalimentar como um todo. Para avançar na compreensão da agroecologia numa dimensão completa do sistema agroalimentar, Wezel et al. (2009) afirmam que são necessários:

abordagens e métodos multiescalares e transdisciplinares, que incluam o estudo dos sistemas de produção de alimentos, processamento e comercialização, decisões econômicas e políticas e hábitos de consumo na sociedade. Nenhum deles pode ser confinado ou atribuído diretamente a um certo nível de escala, mas todos estão intimamente ligados uns aos outros através de escalas e através do tempo de maneiras diferentes e complexas (WEZEL et al., 2009, p. 510 tradução minha).

Nesse sentido, essas diferentes escalas deixam ainda mais premente a terceira dimensão aqui abordada da agroecologia, a política. Para que a agroecologia se efetive numa escala local, as comunidades precisam ter acesso e controle sobre a terra, a água e a agrobiodiversidade (ALTIERI, 2010; ROSSET; ALTIERI, 2018). Quando ampliamos a escala, fica mais nítido a noção de conflito com a conformação do regime alimentar corporativo.

Dessa forma, faz sentido a proposição da agroecologia como ciência, prática e movimento, articuladas a um só tempo (GLIESSMAN, 2018; ROSSET; ALTIERI, 2018; WEZEL et al., 2009, 2020). Nessa perspectiva, Gliessman apresenta uma definição integradora (2018):

Agroecologia é a integração de pesquisa, educação, ação e mudança que traz sustentabilidade a todas as partes do sistema alimentar: ecológico, econômico e social. É transdisciplinar na medida em que valoriza todas as formas de conhecimento e experiência na mudança do sistema alimentar. É participativo na medida em que requer o envolvimento de todas as partes interessadas, desde a fazenda até a mesa e todos os demais. E é orientado para a ação porque confronta as estruturas de poder econômico e político do atual sistema alimentar industrial com estruturas sociais alternativas e ação política. A abordagem é baseada no pensamento ecológico, onde uma compreensão holística e no nível do sistema da sustentabilidade do sistema alimentar é necessária (GLIESSMAN, 2018, p. 599 tradução minha).

Em outras palavras, a agroecologia fornece as bases para uma transformação radical dos sistemas alimentares (GLIESSMAN, 2015; MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO et al., 2018; WEZEL et al., 2009). A partir dessa concepção essencialmente política, os sujeitos que adotam e constroem a agroecologia em suas lutas e práticas cotidianas são as organizações e movimentos sociais de camponeses, agricultores familiares, indígenas, trabalhadores rurais, trabalhadores sem-terra engajados nas lutas do campo,



mulheres do campo e outros (ALTIERI, 2010; GIRALDO, 2018; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Além da disputa para se construir a agroecologia nas suas mais diferentes dimensões, ela, é em si mesma, um território em disputa. Essa disputa pela agroecologia, que acontece nos planos material e imaterial é explicada a partir do momento que as mesmas instituições que apresentavam um histórico de seu não reconhecimento passam a proceder iniciativas de cooptação, esvaziando seu caráter transformador do sistema agroalimentar e reduzindo-a a um conjunto de ferramentas e práticas agrícolas que permitiriam a agricultura industrial ser menos insustentável (ANDERSON et al., 2019; GIRALDO, 2018; GIRALDO; ROSSET, 2018; NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007; RIVERA-FERRE, 2018; ROSSET; ALTIERI, 2018; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Como resposta a essa visão, os movimentos sociais têm cada vez mais conectado a agroecologia ao discurso da soberania alimentar com o objetivo de pautar o direito das comunidades de controlar sua base territorial, decidir sobre seus sistemas de produção de alimentos e reconfigurar o sistema agroalimentar sobre bases sustentáveis e justas. A disputa contra a cooptação da agroecologia é parte disso (ANDERSON et al., 2019; GIRALDO, 2018; GIRALDO; ROSSET, 2018; NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007; ROSSET; ALTIERI, 2018; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

### **2.2.3 O desafio da territorialização da agroecologia**

Diante desse cenário desafiador em torno da agroecologia e da necessidade de transformar todo o sistema alimentar, têm crescido, nos últimos anos, os esforços para territorializar, massificar ou amplificar a agroecologia.

O termo aqui empregado, como a territorialização da agroecologia, ainda não representa um vocabulário unificado para a aspiração de incluir mais pessoas em mais lugares vivenciando sistemas agroalimentares mais justos e sustentáveis, de mais e mais pessoas produzindo e alimentando-se

agroecologicamente. Um dos termos que mais tem sido utilizados internacionalmente – *scaling up* – muitas vezes é referido como a amplificação, territorialização, massificação, multiplicação, irradiação, reconfiguração, mudança de regime e revolução, muitas vezes com significados complementares ou concorrentes (FERGUSON et al., 2019).

Essa questão, que os estudos dos sistemas alimentares contemporâneos colocam para a agroecologia, é o grande desafio a ser resolvido e superado por aqueles que advogam em seu favor. A questão que se coloca é como ampliar a agroecologia a partir de uma existência marginal, porém capilarizada em experiências fragmentadas nos interstícios de uma agricultura de base industrial dominante (ANDERSON et al., 2019).

Por hora, muitas pesquisas concentraram esforços em estudos de caso ou estudos de múltiplos casos no intuito de identificar e articular diferentes características, dimensões e fatores-chave impulsionadores do fortalecimento da agroecologia nas diferentes escalas (ANDERSON et al., 2019; MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO et al., 2018; NICHOLLS; ALTIERI, 2018). Um desses estudos, de Mier y Terán Giménez Cacho et al. (2018), identificou oito fatores chave para a compreensão dos processos de territorialização da agroecologia: (i) reconhecimento de uma crise que motiva a busca de alternativas, (ii) organização social, (iii) processos de aprendizagem construtivista, (iv) práticas agroecológicas efetivas, (v) mobilização de discursos, (vi) aliados externos, (vii) mercados favoráveis e (viii) políticas favoráveis.

Da evolução dos estudos nessa perspectiva, fica nítido que essa territorialização só se efetivará baseada no direito à alimentação, nos direitos dos camponeses, dos produtores e consumidores dos alimentos, suas culturas e controle autônomo sobre suas práticas e políticas alimentares (ANDERSON et al., 2019). Daí a necessidade do esforço de compreensão de mecanismos e fenômenos que impulsionam ou dão suporte a construção da agroecologia de uma forma mais ampliada, não apenas na esfera da produção, mas também da circulação dos alimentos de base agroecológica.

## 2.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS

O cenário geral do sistema agroalimentar com controle corporativo mostrou nos últimos anos vários indícios de dinamismo, a partir de experiências que vão de encontro às características que lhe conferem hegemonia. Isto é, proliferam-se, em várias partes do mundo, e com crescente integração, várias formas de resistência que visam transformar esse sistema.

Assim como o capital funciona cada vez mais por meio do controle dos fluxos (de transações, produtos e serviços), tendo como centro gravitacional não mais a esfera da produção, os movimentos de resistência e lutas sociais também avançaram em seu foco de contestação, da produção para circulação. Essa constatação reflete uma transformação na importância relativa das esferas de produção e circulação de alimentos na conformação do sistema agroalimentar (SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016; SCHNEIDER; SCHUBERT; ESCHER, 2016; VAN DER PLOEG, 2019).

A resistência dos camponeses contra o poder das corporações constituintes dos impérios alimentares se traduz como forma de luta para sua reprodução enquanto classe, para a manutenção de sua própria existência (FERNANDES, 2019). Segundo Fernandes, o

movimento camponês torna-se cada vez mais em um movimento alimentar, que tem como preocupação o cuidado com a natureza, garantia de alimentos de qualidade que promovam a saúde da terra e das pessoas. A ideia principal é transformar os sistemas alimentares em sistemas sustentáveis, sem a crescente utilização de insumos sintéticos, mas sim através da biodiversidade (FERNANDES, 2019, p.204) .

Nesse sentido, a procura por sistemas de cultivo sustentáveis por parte dos camponeses deságua na agroecologia devido à sua busca pelo entendimento da natureza e dos sistemas agrícolas, visto que a agroecologia se propõe a estudar, projetar e manejar os agroecossistemas a partir de princípios ecológicos (ALTIERI, 2012; GLIESSMAN, 2015). Trazendo uma definição abrangente, Caporal (2013) afirma que

a Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da co-evolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL, 2013, p.281).

Altieri (2010) afirma que a produtividade de pequenos estabelecimentos agrícolas, já responsáveis por alimentar a maior parte da população mundial, pode melhorar ainda mais por meio da agroecologia. Os movimentos sociais reconhecem no fomento da agroecologia uma importante alternativa que atende as necessidades dos agricultores e do restante da população em sua resistência ao controle corporativo da produção e do consumo de alimentos.

Seja no polo da produção ou do consumo, as críticas ao sistema agroalimentar moderno reforçam as preocupações com o padrão produtivista que gera grandes perdas e ainda afeta a segurança alimentar, saúde das populações e atenta contra a biodiversidade (SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016). Tal perspectiva, atualmente, coaduna com as constatações que preocupam consumidores e produtores de alimentos e se baseiam em três principais dimensões: a noção da qualidade atribuída ao alimento, a definição do local e as relações com a natureza (SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016; VAN DER PLOEG, 2014).

Como respostas sociais a tais questionamentos, observa-se a construção de distintos mercados para escoar a produção camponesa, que podem ter diferentes denominações como mercados aninhados, redes alimentares alternativas, circuitos curtos de comercialização de alimentos ou circuitos de alimentos baseados em valores. O que essas diferentes denominações guardam em comum é o foco no mercado local e no encurtamento da distância entre produtores e consumidores, especialmente no que diz respeito às relações de confiança, os processos de construção de qualidade, de distinção dos produtos e as práticas de consumo sustentável (SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016). Esses circuitos se diferenciam em muitos aspectos dos mercados convencionais, que têm como características

principais, centros de comando controlados a distância sobre extensas áreas, relações articuladas centro-periferia, relações de dependência e apropriação centralizada de valores (VAN DER PLOEG, 2014).

Essas redes alimentares são entendidas como locais ou espaços para trocas de bens, produtos e serviços onde noções e convenções sobre qualidade, origem, localidade e relacionamento com a natureza são centrais na distinção dos alimentos comercializados (SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016). Entre as características dessas redes, estão “cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores; reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis; dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos de base ecológica” (DAROLT et al., 2016, p. 1).

As redes alternativas de alimentos podem acontecer de diferentes formas, como vendas na propriedade associadas a atividades de turismo rural, lojas de produtores, vendas institucionais, cestas individuais ou para grupos de consumidores, entre outras formas. Elas têm por características compõem circuitos ou cadeias curtas de comercialização, por meio das quais o encontro entre consumidores e produtores permite identificar onde e por quem o produto foi produzido e qual o sistema de produção associado (DAROLT et al., 2016). Diversos trabalhos têm relatado a emergência de experiências relacionadas a esses novos mercados (DAROLT et al., 2016; SCHNEIDER; SALVATE; CASSOL, 2016), o que pode ser uma grande oportunidade para o escoamento de produtos agroecológicos e para o próprio desenvolvimento da agroecologia em si.

Tais potencialidades dos circuitos curtos constituem um importante fator de resistência a processos de cooptação da agroecologia pelo sistema corporativo, o qual almeja que a agroecologia se resuma a uma “caixa de ferramentas” com soluções técnicas alijadas de seu caráter político transformador (FERGUSON et al., 2019; GIRALDO; ROSSET, 2018; NICHOLLS; ALTIERI, 2018).

Giraldo e Rosset (2018) pontuaram a emergência da disputa da agroecologia no atual cenário de um capitalismo em crise. Segundo os autores, a partir de um panorama de crise estrutural prolongada, o capital busca novas áreas para exploração. Nesse contexto, a produção agroecológica é apontada como ideal para apropriação de renda pelo grande capital, principalmente em regiões de terras com baixa fertilidade e infraestrutura considerada inadequada, o que demandaria um alto custo de investimento para a produção. Isto é, significa a expressão de novas e incessantes investidas do capital, buscando novas áreas para exercício de seu poder de expropriação e acumulação. Para tanto, o controle dessas áreas é dependente da ligação da produção agroecológica a mercados internacionais em longas cadeias de valores, configurando, portanto, uma exploração indireta. A legitimação dessas iniciativas só ocorre com o esvaziamento político do discurso agroecológico. Trata-se, portanto, de uma disputa sobre os territórios camponeses tanto no plano material como imaterial (GIRALDO; ROSSET, 2018).

## 2.4 APONTAMENTOS SOBRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Território e territorialidade são categorias geográficas cujas definições engendram um intenso e complexo debate teórico na definição de seus sentidos. A abordagem territorial tem sido utilizada por diversas áreas do conhecimento e, muitas vezes, é apontada como modismo por diversos geógrafos, sendo a utilização do conceito de território frequentemente permeada por equívocos (FERNANDES, 2009; SAQUET, 2020; SOUZA, 2009). Por muitas vezes, o entusiasmo gera, por consequência, uma “hipertrofia” de sua capacidade explicativa. Por outras vezes, os abusos equivocados de seu uso são sucedidos por uma repentina queda de interesse, caracterizando um processo de “fadiga” (SOUZA, 2009, p. 58).

O conceito de território é compreendido e contrastado com outro conceito ou noção, o espaço. Merece atenção, especialmente para a abordagem que orienta essa pesquisa, os trabalhos de Claude Raffestin (1993;

2012), autor suíço cuja obra tem uma histórica influência na expansão dos estudos territoriais no Brasil, desde a década de 1980 (SAQUET, 2020). Para Raffestin (1993, p.143), o espaço é sempre anterior ao território, preexistente a qualquer ação: “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (...), o ator ‘territorializa’ o espaço”.

O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143–144).

Para fins de exemplificação da diversidade conceitual, outros autores apontam para uma diferença mais tênue entre esses conceitos. Haesbaert (2009), por exemplo, também afirma a distinção e a indissociabilidade entre as categorias, porém afirma que a ação social já se faz presente na produção do espaço e que este deve ser entendido como “a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo” (HAESBAERT, 2009, p. 105), já

o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca o seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na ‘dimensão’, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas (HAESBAERT, 2009, p. 105).

A despeito de divergências, é importante ressaltar a importância de entender o sistema territorial a partir da ação de sujeitos que se relacionam e exercem o poder. Em suma, isso representa a problemática que envolve o caráter político do território. Raffestin (1993; 2012) explicita que o poder é que constrói malhas (no sentido de divisão territorial) nas superfícies do sistema territorial e delimita os campos operatórios.

Para Raffestin,

Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios". Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se

chocam com outras estratégias em diversas relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 152–153).

Nesse sentido, Souza (2009, p. 62) alerta para o não uso da palavra território como o sinônimo de espaço geográfico, ou ainda para que não se caia no senso comum de limitá-lo como aquele sobre o qual o aparelho do Estado “exerce sua soberania”. Consoante, Fernandes (2008, 2009) afirma que diferentemente do entendimento do território apenas como uma delimitação geográfica, o conceito deve ser entendido além de apenas uma base ou palco das relações sociais, tampouco como um mero espaço de governança. Em vez disso, é entendido como “imposição da geograficidade” para a compreensão da realidade, pois “as relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade” (FERNANDES, 2009, p. 199).

A compreensão da categoria do território como materialmente o espaço delimitado e definido partir das relações de poder explicita sua dimensão política (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 2009). No entanto, é necessário reconhecer sua essência multidimensional. O território apresenta e pode ser analisado por suas dimensões econômicas, políticas, ambientais e culturais (FERNANDES, 2009; RAFFESTIN, 1993; RAFFESTIN; BUTLER, 2012; SAQUET, 2020).

Essa multidimensionalidade revela muito do vivido territorial pelos indivíduos, pela coletividade e as sociedades em geral e reflete o que é entendido como o conceito de territorialidade. Os indivíduos estão imersos concomitantemente em um processo e em um produto territorial por meio de um sistema de relações que se processam no território (RAFFESTIN, 1993). Segundo Raffestin (1993, p. 160), “a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”. O autor ainda afirma que:

Essa territorialidade resume, de algum modo, a maneira pela qual as sociedades satisfazem, num determinado momento, para um local, uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também



determinados, suas necessidades em energia e em informação (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Lançando mão do princípio da multiescalaridade dos territórios, Fernandes (2009) explica que como os territórios se apresentam em diversas escalas e essas se sobrepõem, é possível afirmar que existe uma multiterritorialidade vivida pelas pessoas, visto que essas executam e assumem distintas funções e as relações relativas as essas funções se mesclam (FERNANDES, 2009). Afinal, como explica Saquet:

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no trabalho, do lazer, da igreja, da família, da escola, etc., resultado e determinante do processo de produção de cada território, de cada lugar; é múltipla, e, por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social e, ao mesmo tempo, as relações de dominação de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2020, p. 137).

A territorialidade é essencial para a compreensão de processos de territorialização, visto que são as relações entre a sociedade e natureza, mediada pelas territorialidades, que efetivam a territorialização. Em outras palavras é preciso afirmar que os territórios são produzidos e apropriados econômica, política e culturalmente, a um só tempo (SAQUET, 2020).

A dimensão temporal é aqui tão importante quanto a espacial, pois “os territórios podem ser mais temporários ou mais permanentes e se efetivar em diferentes escalas” (SAQUET, 2020, p. 135). Nesse sentido, Saquet (2009) explica que

O tempo significa, nesta compreensão, um movimento contínuo. O tempo presente, passado e futuro indica processualidade e, também, simultaneidade, pois vivemos diferentes temporalidades e territorialidades, em unidade, em processo constante e concomitante de desterritorialização e reterritorialização que gera sempre novas territorialidades e novos territórios que contêm traços/características dos velhos territórios e territorialidades (SAQUET, 2009, p. 82).

Dito isto, é preciso destacar que além de material, o território apresenta natureza imaterial. As relações de poder que atuam na conformação do território são historicamente constituídas material e imaterialmente e cristalizam

relações afetivas, de influência, simbólicas, conflitos e identidades, etc. (SAQUET, 2009, 2020). Segundo a tipologia de territórios proposta por Fernandes, (2008, 2009), os territórios devem ser compreendidos como uma totalidade multidimensional, assumindo as formas materiais e imateriais. Enquanto territórios materiais são formados no espaço físico, os territórios imateriais são formados no espaço social por meio das relações sociais, a partir dos conhecimentos, ideologias e teorias. Eles estão vinculados um ao outro numa relação indissociável por meio da intencionalidade.

A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção material. Essas produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais (FERNANDES, 2009, p. 211).

O autor reforça que diferentemente da compreensão do território unicamente com espaço de governança, é necessário estudá-lo a partir de sua diferencialidade, que se revela por meio conflitualidade. Desta forma, Fernandes (2008, 2009) afirma que o sentido da disputa está na essência do conceito de território, que deve ser compreendido a partir de seus princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

Com essas noções, Giraldo e Rosset (2018) fundamentam a necessidade de atuação por parte dos camponeses também na disputa imaterial para fins de massificar a agroecologia numa perspectiva transformadora da defesa e transformação de seus territórios materiais, mobilizando imaginários, desenvolvendo relações comunitárias, aprofundando cooperação mútua, na medida em que diversificam as formas de produzir, consumir, ser e existir, num polo oposto ao do paradigma do desenvolvimento convencional.

Por fim, agrega-se às noções apresentadas, a representação que Raffestin (1993) propõe para o sistema territorial como aquele composto por nós, tessituras e redes que resultam da interação entre os atores. Essa interação pode ser política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de

oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos e permitem realizar integração e coesão de territórios e viabilizar as ações.

Com base nas concepções trabalhadas, afirma-se, nesse trabalho, a necessidade da abordagem territorial na compreensão das malhas formadas pelas redes na conformação dos sistemas alimentares, tendo como base o entendimento do território como produto e meio de produção das territorialidades em conflito.

### **3. DESENHO DA REDE: AS CESTAS SEMEANDO AGROFLORESTA – A CONSTRUÇÃO DINÂMICA DA TERRITORIALIDADE AGROECOLÓGICA**

Conforme afirmado anteriormente nesse trabalho, os estudos sobre os canais curtos de abastecimento de alimentos ao redor do mundo revelam um quadro muito heterogêneo de experiências. A inovação se mostra como um atributo frequente, o que por sua vez, pode acabar dificultando uma possível tentativa de enquadramento a tipologias outrora descritas. Nessa seção, será realizada uma caracterização do circuito da “Cesta Semeando Agrofloresta”<sup>6</sup>. Para além de uma simples caracterização, esse esforço se faz necessário a fim de se evitar problemas de pesquisa já identificados como comuns no estudo de redes alimentares alternativas, como é o caso da fusão, apontada por Tregear (2011), entre características estruturais dos sistemas alimentares e benefícios desejáveis a partir dessas experiências, ou mesmo, um comportamento “esperado” dos atores envolvidos. Nesse sentido, a apresentação da rede se dará sem assumir como pressupostos definidores do circuito, resultados já obtidos em outras pesquisas abordando circuitos curtos de comercialização de alimentos.

#### **3.1 HISTÓRICO, DESENVOLVIMENTO E FUNCIONAMENTO DO CIRCUITO**

O canal de comercialização das cestas Semeando Agrofloresta começou a ser operacionalizado em agosto de 2018. É uma iniciativa promovida pela Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária (ACAMPRA). A ACAMPRA é uma associação de regional que atua no Triângulo Mineiro e tem como associados, agricultores de famílias assentadas em áreas de reforma agrária dos municípios de Uberlândia e Monte Alegre de Minas. Sua sede se localiza no assentamento Emiliano Zapata (Figura 2). A Associação fundada em 2013, apresenta o objetivo de organizar e incentivar produção agropecuária

---

<sup>6</sup> Importante ressaltar que essa pesquisa resulta da análise da rede no período compreendido entre os anos de 2019, 2020 e 2021. No entanto, a realização dessa pesquisa em meio à pandemia do novo coronavírus, alastrada globalmente durante o ano de 2020, apresentou elementos que evidenciam o dinamismo estrutural das experiências dos Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) de Alimentos, pois mudanças puderam ser observadas no desenho do circuito.

de seus associados e auxiliar na comercialização da produção. Entre as principais formas de escoamento dos alimentos produzidos pelos associados nos últimos anos, destacam-se as feiras agroecológicas e mercados institucionais como a venda direcionada a operacionalização de políticas públicas que priorizam a agricultura familiar, especificamente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (ACAMPRA, 2020; RIBEIRO, 2019).



**Figura 2** – Sede da Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária  
**Fonte:** Registro do autor, 2021.

A ACAMPRA, desde 2017, vem incentivando a produção agroecológica nos assentamentos, o que vem acontecendo, na prática, por meio da implantação de núcleos agroecológicos nos assentamentos das famílias associadas, (ACAMPRA, 2020). Por meio de mutirões e assistência técnica do próprio MST, as famílias foram implementando áreas destinadas à produção

agroecológica e, por meio de certificação participativa, certificando os agricultores com produção orgânica.

A organização na forma de núcleos agroecológicos foi a forma implementada que auxiliou no incentivo e na viabilização da cooperação entre as famílias assentadas para a produção agroecológica. Um núcleo é formado pelo conjunto das famílias que produzem agroecologicamente num assentamento. Essa forma de organização por proximidade facilita a realização de mutirões nos lotes e o acompanhamento entre os pares para os processos de certificação participativa (RIBEIRO, 2019).

O esforço de se efetivar uma produção agroecológica pode ser mais bem compreendido a partir da análise da evolução e atualização do próprio programa agrário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento social popular que a própria organização da ACAMPRA e seus assentados estão vinculados. A agroecologia vem sendo incorporada como bandeira de luta pelo movimento na luta pela reforma agrária (BORSATTO; CARMO, 2013) e a produção agroecológica vem se expandindo dentro de seus assentamentos desde então (BORSATTO; SOUZA-ESQUERDO, 2019). A partir de seu VI Congresso Nacional, realizado em Brasília em 2014, o MST explicitamente aponta a agroecologia, vinculada ao discurso de soberania alimentar, com papel chave para articular lutas do campo e da cidade na promoção da Reforma Agrária Popular, colocando como central a discussão de modelos de projetos para a agricultura (MST, 2015).

Nesse sentido, com a consolidação da produção agroecológica e a identificação de instabilidades de comercialização por canais como as feiras, que apresentam muitas incertezas, como uma baixa adesão de consumidores em dias de chuva ou feriados, a ACAMPRA buscou estratégias alternativas para a escoamento da produção baseadas em relações de transparência entre produtores e coprodutores. Dessa forma, e inspirada em outras experiências do próprio MST no estado de Minas Gerais, a ACAMPRA se empenhou na formação de grupos de consumo de cestas agroecológicas (ACAMPRA, 2020; RIBEIRO, 2019).

O nome “Cestas Semeando Agroflorestas: aliando a produção de alimentos saudáveis (sem agrotóxico e fertilizante químico) com a preservação do meio ambiente” é proveniente de um projeto desenvolvido pelo MST no estado de Minas Gerais (Projeto Semeando Agroflorestas) que atuava na difusão de práticas e princípios agroecológicos, alinhando o conhecimento técnico e científico na produção de conhecimento agroecológico. O projeto tem como linha de atuação a “cooperação [...]; o incentivo a economia popular solidária, a produção de alimentos sem insumos químicos e agrotóxicos e a agroindustrialização, como forma de beneficiamento e agregação de valor à produção” (RIBEIRO, 2019).

As cestas Semeando Agroflorestas compõem uma rede por meio da qual os alimentos são cultivados a partir de princípios agroecológicos em sistema agroflorestais e agrupados em conjuntos fechados de variedades alimentícias diversas. A periodicidade de entrega das cestas é semanal, sempre com uma oferta diversificada e variada de alimentos. O conteúdo abrange folhosas, chá/temperos, plantas alimentícias não convencionais (PANCs), legumes e frutas. O número de variedades muda de acordo com o tamanho da cesta. Uma cesta grande é composta por 11 itens, a média por 8 itens e a pequena por 5 itens.

Os preços das cestas tiveram pouca variação desde sua criação. Custava para os coprodutores no mês de outubro de 2021, valores semanais de R\$26,50 para a cesta pequena, R\$39,75 para a cesta média e R\$55,50 para a cesta grande. Esses valores são multiplicados pelo número de entregas semanais (4 ou 5, a depender do mês) e são pagos mensalmente via transferência bancária para a conta da Associação. Desde o início do período pandêmico, foi acrescida uma taxa de R\$7,00 semanais para o custo operacional da entrega em domicílio.

A cesta apresenta uma composição fechada, porém na ficha de cadastro do coprodutor, existe a possibilidade de identificar alimentos que não se deseja receber. Ademais, com o desenvolvimento da experiência, foi inserida a possibilidade de trocas entre os itens disponíveis na semana. Além disso, uma lista para pedidos de alimentos adicionais também passou a ser disponibilizada

semanalmente. Figuram nessas listas, além de produtos dos próprios assentamentos como mel, geleia, ovos caipiras, alguns produtos de outras cooperativas e regiões ligados ao MST como o arroz integral e suco de uva produzidos na região sul do Brasil e o café orgânico produzido no sul de Minas Gerais, entre outros.

A dinâmica semanal consiste no envio de informações da variedade e quantidade de alimentos disponíveis pelos camponeses para o escritório da ACAMPRA, até quarta-feira. Uma pessoa, envolvida na organização, fica responsável pela distribuição dos alimentos disponibilizados entre os pedidos de cestas, levando em consideração a diversificação dos itens em relação às semanas anteriores e a entrega diversificada de produtos por parte dos agricultores. De acordo com a disponibilidade dos alimentos pelos camponeses, os organizadores buscam montar as cestas de forma a receber os alimentos que proporcionem uma renda o mais equitativamente possível entre os agricultores fornecedores.

A divulgação da composição das cestas para os coprodutores acontece ainda na quarta-feira (Figura 3). Juntamente com a composição das cestas por tamanhos, é divulgada a lista para troca de itens e pedidos adicionais. Os coprodutores têm até a quinta-feira para informar a realização de trocas, que são limitadas até dois itens por cesta a cada semana, sempre entre alimentos do mesmo tipo: folhosas por folhosas, frutas por frutas e legumes por legumes. Ainda nesse dia, uma lista completa dos alimentos a serem fornecidos é enviada a cada produtor, já atualizada com as trocas e pedidos adicionais. Desta forma, eles conseguem reservar o quantitativo destinado às cestas e, se for o caso, comercializar o que não estiver reservado em outros canais.

A montagem das cestas acontece nas segundas-feiras, no período da tarde na sede da ACAMPRA (Figura 4). Os organizadores separam as sacolas retornáveis já identificadas por coprodutor e por tamanhos. Os agricultores trazem a produção, que é conferida na chegada, em relação à demanda previamente definida e ao porcionamento previamente acordado. A partir do mapeamento, os organizadores e produtores acondicionam os itens em cada cesta. As cestas são, então, alocadas em caixas agrupadas por pontos de



distribuição e acondicionadas no caminhão. O motorista recebe um mapa com a rota dos pontos de distribuição, que acontece durante a terça-feira.



Pequena	Média	Grande
1. Couve	1. Alho-poró	1. Almeirão
2. C. Flor/ Cabotiá	2. Couve	2. Berinjela
3. Cebola/ Beterraba	3. Pepino/ Cebola	3. Beterraba
4. Tomate	4. Pimentão/ Cabotiá	4. Cebola
5. Limão	5. Quiabo/ Vagem	5. Couve
	6. Tomate	6. Couve flor
	7. Abacate	7. Hortelã
	8. Limão	8. Vagem
		9- Abacate
		10- Amora
		11-Banana

**Figura 3** – Divulgação da composição da cesta.

**Fonte:** Página da Cesta Semeando na rede social Instagram, 2021<sup>7</sup>.

Durante a manhã de terça-feira, o caminhão percorre as rotas definidas e descarrega as cestas nos pontos de distribuição. Durante um período de tempo previamente acordado, cada coprodutor deve retirar sua cesta no ponto de distribuição e deixar a sacola retornável higienizada que foi utilizada na entrega da semana anterior.

Toda a dinâmica do circuito envolve vários atores sociais. Os agricultores que fornecem os alimentos, os coprodutores, os transportadores e os responsáveis pelos pontos de distribuição que aceitam disponibilizar uma infraestrutura para o recebimento até que coprodutores busquem suas cestas. A articulação entre todos esses atores é realizada pelos organizadores,

<sup>7</sup> Disponível em <<https://www.instagram.com/cestasemeando>>. Acesso em 19/10/2021.

pessoas vinculadas à ACAMPRA que viabilizam toda a logística entre o que é produzido e o que é entregue ao consumo.



**Figura 4** – Processo de montagem das cestas

**Fonte:** Registro do autor, 2021.

No início da implementação da experiência de comercialização das cestas, os agricultores foram convidados pela ACAMPRA a participar na nova forma de escoamento da produção. Conforme característica da própria rede, estariam habilitados ao fornecimento, aqueles que produzissem de forma agroecológica e que fundamentassem seu modo de produção em sistemas agroflorestais (SAFs) ou que ainda estivessem em processos de transição agroecológica. Os tipos de SAFs predominantes encontrados eram do tipo quintais agroflorestais, com uma grande variedade de espécies em parcelas próximas às casas (Figura 5).



**Figura 5** – Quintal agroflorestal de lote no Assentamento Canudos.  
**Fonte:** Registro do autor, 2021.

A partir da implantação dos núcleos agroecológicos, muitos dos agricultores associados já estavam em conformidade com a legislação brasileira de alimentos orgânicos e possuíam registros da produção orgânica no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento obtidos por processos de certificação participativa por meio da Organização de Controle Social (OCS) Embaúba e/ou no Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Rede Brota Cerrado Serra da Canastra de Certificação Participativa. Atualmente, entre os camponeses que integram o circuito, 8 possuem certificação via OPAC, 3 via OCS. As outras 14 famílias estão no processo de certificação orgânica junto a OCS Embaúba.

Os coprodutores, ao aderirem à participação no circuito, devem preencher virtualmente uma ficha de cadastro, bem como um contrato de parceria, por meio do qual se firma um acordo. Nesses documentos, acordam-se direitos e deveres entre as partes e se identificam as opções dos coprodutores como o tamanho da cesta e alimentos que não desejam receber, além do ponto de entrega.

A mediação de todos esses processos se dá por meio da internet. A comunicação entre os produtores e organizadores via um grupo específico do aplicativo de troca de mensagens WhatsApp® e a comunicação para troca de itens das cestas e demais informações em um outro grupo, que conta com produtores, coprodutores e organizadores. Pedidos de informações e cancelamentos podem ser feitos endereçados também por mensagem ou ligação para um número de telefone exclusivo para tratar de assuntos da cesta ou mesmo por e-mail. Esse grupo utilizado como canal de comunicação entre os participantes das cestas é um meio com alta atividade e informações bastante diversificadas. Por meio deles, os participantes divulgam trabalhos e eventos, noticiam a respeito da rota de entregas, postam fotos do recebimento de suas cestas, ou mesmo das áreas de produção, trocam informações sobre os alimentos, trocam receitas e postam reclamações, elogios e sugestões.

A divulgação online é realizada por meio de páginas nas redes sociais virtuais Facebook® e Instagram®, além da divulgação autônoma que os próprios participantes fazem em suas redes de contatos das mais variadas formas.

No primeiro mês de funcionamento do circuito, em agosto de 2018, foram entregues 32 cestas com alimentos produzidos por agricultores de 7 lotes e distribuídas em 4 pontos da cidade. Em dezembro de 2019, eram entregues 127 cestas, com alimentos produzidos por agricultores de 25 lotes e distribuídas em 10 pontos da cidade, entre estabelecimentos comerciais, sedes de sindicatos de trabalhadores e portaria de condomínios. A partir da pandemia, as cestas passaram a ser entregues em domicílio.

O número de cestas seguiu evoluindo, embora o esforço de coleta de dados não conseguiu obter uma continuidade desses dados. Alguns dados se perderam junto a ACAMPRA, porém a partir dos relatos, durante a pandemia do novo coronavírus, o número de cestas superou a marca das 200. Os últimos dados obtidos, da distribuição em 31/08/2021, a ACAMPRA distribuiu 153 cestas.

Nas três próximas seções são desenvolvidas as categorias analíticas indicadas a partir Dansero e Puttilli (2014) e Dansero e Pettenati (2018) a fim

de descrever as dimensões da territorialidade do circuito: espaço, recursos e relações.

### 3.2 ESPAÇO

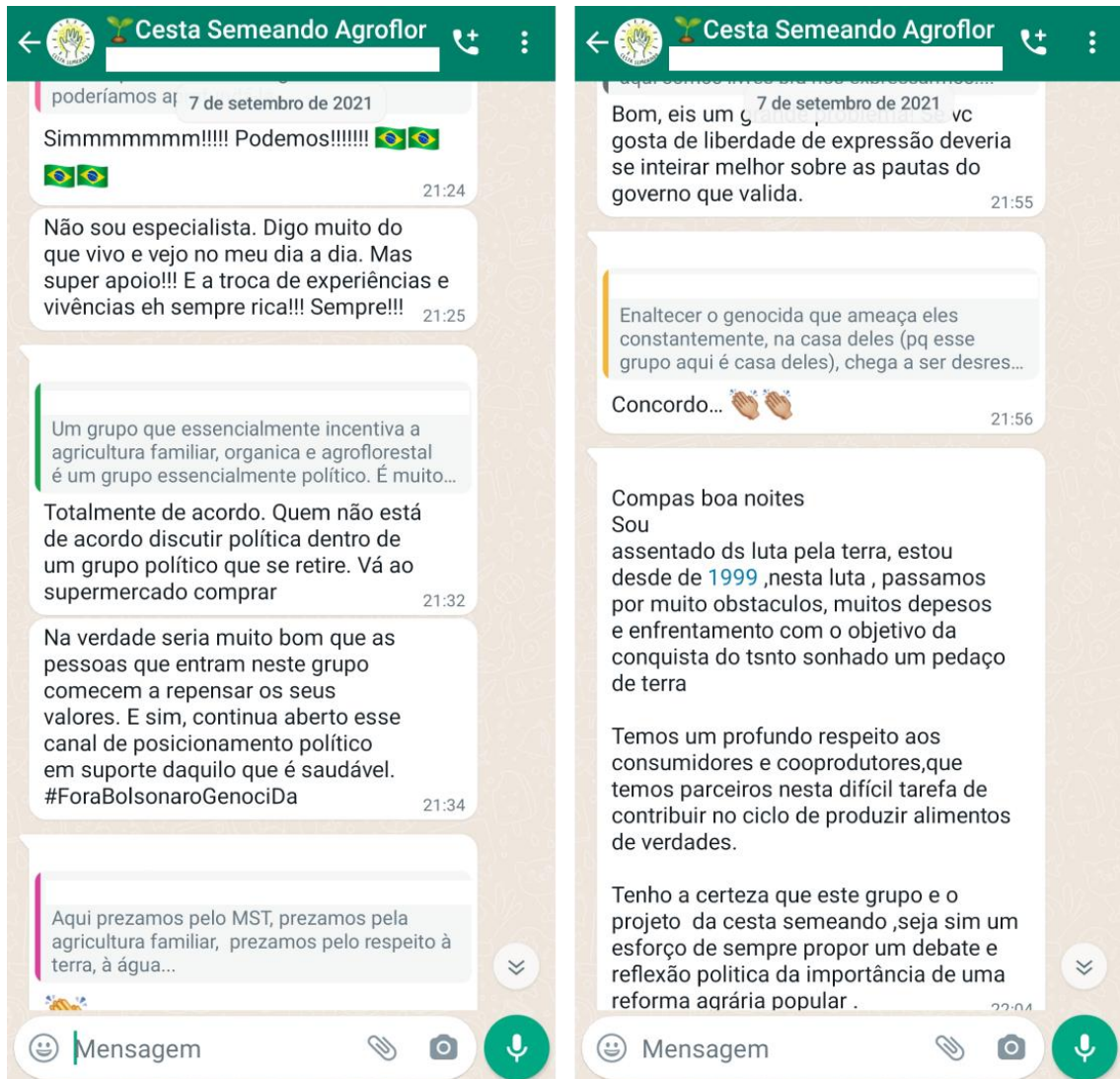
As unidades produtivas são pontos de partida da viabilização das cestas. Os territórios camponeses criados pela política de reforma agrária são as principais bases materiais para a existência de uma produção agroecológica. A luta e a conquista das terras pelos movimentos socioterritoriais consiste num mecanismo que atua no sentido de promover a desconcentração de terras e a (re)territorialização do campesinato (COCA, 2020; COCA; VINHA; CLEPS JUNIOR, 2021; VIEIRA, 2014).

A organização dos camponeses junto à ACAMPRA e sua organização em núcleos agroecológicos é um fator essencial para a operacionalização do circuito. Em conjunto, a produção camponesa adquire maior escala, regularidade de oferta e diversidade de alimentos (ROVER; DAROLT, 2021), o que garante a entrega semanal para a composição das cestas.

Ademais, a operacionalização do circuito de alimentos agroecológicos com camponeses vivendo nas áreas rurais e coprodutores nas áreas urbanas contribui para o desenvolvimento de uma nova conexão rural-urbano que integra a agricultura camponesa valorizando sua lógica produtiva e modos de vida.

O grupo virtual, além de ser um recurso comunicacional, pode ser encarado também como um espaço, na medida em que é por meio dele que várias conexões se concretizam. Diferentemente de outros circuitos curtos como as feiras, onde a interação entre a produção e o consumo se materializa no encontro dos feirantes e consumidores, no circuito das cestas, poucos são os momentos em que uma interação face-a-face acontece. No entanto, a vivência da participação no grupo possibilita um espaço de socialização mais amplo. Por meio dele, camponeses apresentam um pouco de sua rotina, coprodutores exibem sua satisfação e realizam reclamações, trocam

percepções sobre os alimentos e receitas e discutem questões diversas, por vezes, calorosas, onde processos de politização se fazem presentes (Figura 6).



**Figura 6** – Interação entre os integrantes do circuito: politização das discussões.

**Fonte:** Capturas de tela do grupo da cesta no aplicativo WhatsApp editada pelo autor, 2021.

Os comentários sobre a importância do grupo foram frequentes nas entrevistas, como nas falas que seguem:

E outra coisa que ajuda muito aqui também, ali no grupo que nós criamos, são feitas trocas de receitas com o que é oferecido, né. Eu, por exemplo, tinha dois pés de moringa aqui na minha casa e eu nem sabia que eu podia comer. E aí eu recebi na cesta uma vez e falei – “O que que é essa plantinha?”. Aí começaram a contar e contar a

grandiosidade que é a da moringa, né? Então, é muito aprendizado... (O.M.M., pesquisa de campo, 28/09/2021).

Eu acho importante estreitar esses laços assim, acho importante que existe um canal que a gente possa conversar sobre essas questões. [...] Mas é legal, né?! Assim, tem, rola as tretas, né, mas... Mas é bom que é um espaço em que há troca. Teve uma época, acho que tem mais de ano, algumas pessoas do grupo ficaram com muita vontade de compartilhar receitas, assim. Aí criaram um grupo à parte de, vamos trocar receitas com as novidades, com as coisas que a gente não conhece que vem na cesta [...]. Assim, muito interessante esse movimento, até. Eu não conheço essas pessoas. Mas de alguma forma, a gente se torna um grupo né, a gente se torna um grupo que auxilia um outro grupo. Uma simbiose assim até de trabalho. (C.M.B.R., pesquisa de campo, 23/09/2021)

Uma questão importante da espacialização do circuito no município de Uberlândia é a constituição dos pontos de retiradas das cestas. Eles têm natureza variada como em condomínios residenciais, lojas, casas de coprodutores e sedes de sindicatos de trabalhadores. Inicialmente foram concretizadas por parcerias entre os organizadores e suas redes de contato pessoal, mas com algum nível de proximidade política e ideológica, ou os sindicatos que se relacionavam com o MST nos processos de luta política. Outros pontos foram se estabelecendo pragmaticamente por ação dos próprios coprodutores, atendendo a conveniência e ainda cumprindo um papel de ampliar a inserção da rede. Conforme explica a organizadora:

A gente já tinha esses pontos pré-estabelecidos inicialmente. (...) E aí, se uma pessoa quisesse comprar cesta, mas não queria pegar nesses pontos já estabelecidos, teria que criar um novo ponto. Então, ela precisava organizar com mais 3 ou 4 pessoas para abrir um ponto ali no seu condomínio, no seu prédio ou no seu bairro. Então as cestas nos condomínios elas foram criadas a partir disso, a gente colocava que era possível criar um novo ponto a partir de uma demanda de um número x de cestas, de 4 a 5 cestas (L.A.R., pesquisa de campo, 28/10/2021).

A compreensão desse circuito, principalmente a partir do acompanhamento do processo de montagem das cestas, torna evidente a complexa logística envolvida em sua execução, dividida em várias etapas. Articular tantas informações a partir de tantos atores envolve processos complexos. A complexidade organizativa aumenta quando passou a se incorporar as trocas de gêneros alimentícios, as vendas de alimentos

adicionais e o aumento de pontos de distribuição, o que faz elaborar novas rotas de distribuição. No entanto, essas características denotam a flexibilidade e capacidade adaptativa do circuito. Van der Ploeg (2015) argumenta que essa é uma importante característica distintiva de mercados aninhados emergentes em oposição aos impérios alimentares com corporações grandes demais, rígidas demais e padronizadas demais.

### 3.3 RECURSOS

Os sujeitos que constituem o circuito fazem parte da constituição do que alguns autores chamam de infraestrutura sociomaterial (SCHNEIDER; VAN DER PLOEG; HEBINCK, 2015; VAN DER PLOEG, 2015). No circuito analisado, os coprodutores e camponeses, mediados pela sua organização, a ACAMPRA e o MST, constituem esses sujeitos.

Tal como um pré-requisito para ingressar na rede, a produção agroecológica é a expressão específica desses atores, como produtores (e coprodutores) na constituição desse sistema alimentar localizado. Esses produtos são apreciados pela sua diversidade, exclusividade, frescor, sabor e modo de produção, ressaltando-se, nesse caso, a ausência de fertilizantes químicos e agrotóxicos, o que revela a qualidade percebida de ser mais saudável.

Para os camponeses que começaram a fornecer alimentos para as cestas, a criação do circuito funcionou para superar a problemática já existente da comercialização da produção já instalada. No entanto, criado o circuito, a possibilidade de acesso a ele impulsionou outras famílias a iniciar uma produção agroecológica, ou converter uma produção convencional para a agroecológica. Desta forma, mais que compor um sistema de regras para um agricultor participar do circuito, a produção por meio de técnicas agroecológicas, como são os SAFs, pode ser visualizada como uma oportunidade. Um comentário bem ilustrativo pode ser observado a partir da entrevista com uma agricultora: “Eu comecei no projeto. Até então eu não tinha



hortaliça para vender. Então tudo que eu aprendi foi dentro do projeto” (L.O.N.L., pesquisa de campo, 14/11/2020).

A participação dos camponeses no circuito impulsionou ou garantiu a continuidade de uma agricultura biodiversa, um princípio elementar da agroecologia, ainda que esse ainda seja um desafio como aponta a organizadora L.A.R:

A gente coloca isso como um pré-requisito, tenta trabalhar em todas as reuniões, todos os encontros, porque a agroecologia como um princípio norteador, é a diversidade também de produção né, e o consórcio de alimentos que traz vantagens né, que a gente fala da questão do tempo e do espaço que os alimentos ocupam no canteiro né, então tem essas vantagens né (...). Ainda é muito desafiador os agricultores consorciarem seus alimentos, mas a gente sempre vem dialogando com eles nesse processo, que eles têm que fornecer pelo menos 5 tipos de alimentos para a cesta. Tem uns que assim, fornecem 12 tipos de alimentos e tem outros, que aí são perfis né, as vezes são agricultores mais velhos, sozinhos né, aí tem esses perfis também que a gente vai elencando (L.A.R., pesquisa de campo, 28/10/2021).

Resultado dessa diversidade é a presença de alimentos nas cestas, os quais os coprodutores afirmam não encontrar em outros canais que acessam. Muitos desses, os fazendo recordar de vivências e memórias afetivas pregressas ou como uma novidade completa, que os desafia a incorporá-los em sua alimentação. Esses processos podem ser verificados, como nas falas que seguem:

Tem alimentos, que, muitos a gente não acha no mercado. Tipo, aquela couve bok choy. E outras coisas que, a gente até vê no mercado, mas as vezes não tem o hábito de comprar. E aí, quando vem... É por isso que eu gosto da surpresa. Porque aí quando vem, me leva para um caminho que eu preciso testar outras coisas, provar outros alimentos, né... Fazer o alimento da estação. Eu acho isso ótimo! Que a gente só vai comer aquilo que a Terra está dando nessa hora, né? É acho interessante também (C.M.B.R, pesquisa de campo, 23/09/2021).

Acontece muito, por exemplo, aqui... é meu pai e minha mãe. (...) A infância deles foi em ambiente rural. Então o que é mais acontece é: Nossa, quanto tempo que eu não vejo isso! Quanto tempo eu não vejo uma mandioca desse jeito. Quanto tempo que eu não vejo um cará desse jeito, um chuchu desse tamanho, sabe? Então, assim, com eles é ainda mais legal, porque tem essa questão que remete

um negócio da infância deles, sabe? (A.R.L, pesquisa de campo, 23/09/2021).

Por exemplo, a gente nunca comprava taioba, nunca comprava cará (...), e vem bem na cesta e a gente come... a taioba fazia um sucesso danado quando vinha. Minha sogra morava aqui comigo quando eu pegava a cesta grande (porque eles moravam comigo) e ela lembrava da época dela de jovem, da fase da casa do pai dela, então ela conhecia essa folha, eu nunca comprei taioba, a gente nem acha tanto no supermercado. Então, vem alguns produtos que a gente não está acostumado, que não são produtos que fazem parte do corriqueiro da vida da gente, o que eu acho legal. Já veio ora-pronóbis, peixinho... Nunca tinha comido peixinho! Então eu tento não trocar essas coisas, mas eu acho legal experimentar essas outras verduras e folhagens (P.P.A.R., pesquisa de campo, 20/09/2021).

A diversidade de alimentos é trabalhada nas áreas produtivas os lotes, na forma de consórcio entre as diferentes espécies vegetais e rotação de culturas, com sucessão temporal das variedades de interesse. Além dessas, diversas outras práticas derivadas de princípios agroecológicos puderam ser observadas no trabalho de campo, como a cobertura do solo e a preparação de produtos para combate de insetos indesejados (Figura 7/Figura 8).



**Figura 7** – Produção diversificada - lote no Assentamento Emiliano Zapata.  
**Fonte:** Registro do autor, 2021.



**Figura 8** – Produção diversificada - lote no Assentamento Canudos.  
**Fonte:** Registro do autor, 2021.

Os coprodutores são os sujeitos que ocupam o polo do consumo nesse circuito. A terminologia utilizada visa substituir o termo consumidor e evidenciar uma participação ativa desses sujeitos no processo de produção e de construção coletiva do sistema alimentar. Embora, no geral, tenha sido percebido, por parte dos coprodutores, a consciência de ocupar essa função e certo orgulho em desempenhar esse papel, também foi verificada uma certa compreensão de insuficiência nessa participação. As falas dos coprodutores abaixo, ilustram a compreensão da própria participação no circuito:

Nós somos coprodutores, que eu achei isso fantástico! Ser uma coprodutora. Sendo que eu só consumia, não plantava nada, né. Aí até entender depois esse conceito. (J.C.O. pesquisa de campo, 15/09/2021).

Além de entrar essa questão da gente estar fazendo parte, de certa forma, né, porque a gente não... não é tão ativamente, mas é uma forma mais passiva de participar do movimento, né (...) Acaba que por mais que a gente coloca que é coprodutor, a gente acaba sendo mais consumidor mesmo, né. Se a gente for pensar numa lógica de economia, assim. A gente acaba sendo mais consumidor. Porque a gente participa mesmo é comprando a cesta, né? Claro que teria

formas de participar, de formas mais diretas, assim, mas não... não é o caso, pelo menos no meu caso, né (A.R.L, pesquisa de campo, 23/09/2021).

Embora a participação dos sujeitos na construção do circuito seja, de fato um atributo distintivo verificado na comercialização das Cestas Semeando Agroflorestas, o nível de participação para a experiência aqui analisada não chega ao ponto de compor um processo econômico capaz de atenuar, confundir ou indefinir os “papéis do produtor e do consumidor como estando em extremos opostos da cadeia”, como já foi discutido com base em outras experiências de circuitos curtos (CHIFFOLEAU et al., 2019, p. 187). Aqui, os camponeses e suas formas de organização têm um protagonismo mais evidente na conformação e desenvolvimento do circuito.

Ainda sobre os sujeitos e recursos do circuito, o alcance da rede depende de como a acessibilidade ao circuito se revela para os coprodutores. Ou seja, eles precisam saber da existência do circuito e conseguir arcar com os custos envolvidos em sua participação. Das entrevistas, ficou nítido que o esforço inicial para a viabilização das primeiras entregas aconteceu por mecanismos de articulação das proximidades já existentes entre os organizadores e camponeses com futuros coprodutores e, também, das relações políticas entre o MST e a ACAMPRA com sujeitos militantes de movimentos e sindicatos. Os trechos das entrevistas que seguem demonstram esse processo:

No primeiro momento, a gente procurou pessoas muito próximas da luta né, pessoas assim, que já tinha um nível de comprometimento com algum tipo de militância, seja na educação, na questão ambiental, seja na questão partidária, na questão político-partidária, seja nos sindicatos né, na militância de classe. (...) O primeiro público que veio foi muitos professores universitários, estudantes acadêmicos (...) Depois, com o tempo, à boca miúda né, um fala pro outro, né, e tal E algumas campanhas que a gente foi fazendo, os encontros, que a gente trazia os coprodutores pra conhecer as áreas e comer com a gente, criar vivências num fim de semana... Então esse foi trazendo outros coprodutores que ai vai fugindo um pouco essa raia né, mas sempre um pessoal, famílias que tinha um poder aquisitivo, de classe média pra média alta. Os ricos nunca consumiram da gente, mas o pessoal que tinha aí uma faixa salarial entre três e oito mil reais por mês, era o público que mais tinha esse contato, esse público também tinha uma noção de comer um produto saudável, tinha uma consciência apurada, já buscava isso... E aí foi um encontro de

interesses né, de desejos... (A.C.M., pesquisa de campo, 30/09/2021).

Hoje já está bem diversificado, né, mas no início era mais os amigos né, do movimento. Era professor, estudante, pessoal do sindicato. A esquerda. Mas hoje já tem muita madame aí. Já teve 200 cestas né. Aí desses duzentos aí, tinha algumas que não era muito companhia não, mas comprava pela qualidade dos produtos, alguma indicação de amigos. E o preço hoje também tá atraente, porque com a pandemia, as coisas do supermercado estão subindo muito e a cesta manteve o preço. Teve coisa que até abaixou depois da pandemia (D.B.L., pesquisa de campo, 26/09/2021).

A divulgação das cestas por meio das ferramentas de informação e comunicação, como as redes sociais, é um processo que contribui para o aumento da quantidade de coprodutores. Muitos dos coprodutores que aderiam ao circuito informaram a internet como meio de descobrir a existência das cestas. A divulgação é uma tática gestada a partir de leitura dos proponentes das cestas. A fala da organizadora ilustra isso:

Então, a gente conseguiu também através das cestas quebrar assim alguns estereótipos, então a gente teve um cuidado na divulgação da cesta por já existir esses estereótipos, (...) de não vincular a cesta diretamente ao MST. Mas ao longo do processo, quando eles estavam afiliados né, comprando as cestas, aí quando ia fazer a visita e tal, a gente ia com a camiseta do MST, colocava bandeira. Mas foi um processo de conquista também né, com os próprios consumidores. Porque uma das leituras que a gente fez, inicialmente, foi que, se a gente já colocasse a nossa bandeira de imediato, poderia não atrair alguns tipos de consumidores e a gente estava disposto a buscar por diferentes públicos em Uberlândia., E aí, dito e feito, tanto é que hoje (...) a gente entrega para 3 tipos de condomínios fechados em Uberlândia. Então a gente tem públicos hoje de classe alta e classe média, a gente não tem, pelo que eu acho né, uma coisa de contato que eu tive com os agricultores, eu nunca vi clientes/consumidores de classe mais baixa. Então, isso era até um desafio que a gente sempre trazia nessas conversas com os agricultores, mas não pelo valor né, mas também para a divulgação ser acessível a esse tipo de público (L.A.R., pesquisa de campo, 28/10/2021).

Dos últimos trechos apresentados percebe-se que há um entendimento compartilhado de que a cesta é acessada por coprodutores que compõem grupos com maior poder aquisitivo, que dispõem de um capital econômico maior, ainda que os preços possibilitem a inclusão mais abrangente do ponto de vista socioeconômico. Essa problemática não parece estar apenas

associada ao alcance de uma divulgação. Um importante fator a ser considerado é que os atributos distintivos do circuito precisam encontrar consumidores com capital cultural capazes de reconhecê-los (VAN DER PLOEG, 2015) e então integrar a rede. O nível de escolaridade observado entre os coprodutores entrevistados corrobora com essa compreensão, pois se tratam de sujeitos que tiveram e têm oportunidade de acessar informações que os levaram a buscar intervir no sistema agroalimentar para apoiar uma iniciativa contra-hegemônica ou mesmo para a satisfação individual/familiar de adquirir produtos mais saudáveis.

A definição de preços, que são frutos de decisão coletiva entre os camponeses, encontra nos coprodutores uma aceitação como preço de justo a muito barato, o qual quase não apresentou variação. A fala do camponês que segue abaixo, demonstra a presença da concepção e compromisso de que os alimentos produzidos devem ser acessíveis economicamente:

(...) o produto orgânico, o produto tá lá em cima, aquele preço! Eles pensam que o produto orgânico tinha que ser só do rico. Não! O produto orgânico tem que ser para o pobre comer. Melhor para o pobre comer, do que o rico. O pobre que tem que consumir porque a população pobre é muito maior do que os ricos, né. A população classe média baixa é imensa. Então eles que tem que consumir! Então o produto em si, para a gente produzir ele, não é esse bicho de sete cabeças que o povo fala não. (...) Eu vejo o seguinte: de produzir ele e o povo consumir ele sabendo o que que tá consumindo. E o preço não precisa ser lá em cima, não. Vamos produzir ele para o povo pobre comer. Isso que é o necessário (...) Ele tem que chegar lá e comer um molho de couve, um pé de alface, num preço razoável que dá para ele comer (L.F.S, pesquisa de campo, 24/09/2021).

O enunciado acima revela elementos do conceito (e bandeira de luta social) da soberania alimentar. Trata do direito das pessoas se alimentarem com alimentos de qualidade, independentemente do seu poder aquisitivo, sabendo de sua origem. É o entendimento do alimento como direito de todas as pessoas, isto é, um bem social (WITTMAN, 2011).

Os organizadores da cesta foram o terceiro grupo considerado como sujeitos de pesquisa dessa investigação. As primeiras pessoas que ocupavam essa tarefa na rede haviam sido militantes do MST que prestavam a assistência técnica agroecológica para os camponeses assentados. Foram

quem inicialmente idealizaram e propuseram essa forma de comercialização e engajaram os demais atores para a viabilização de formas para concretizá-la. No entanto, elas representam a própria Associação enquanto proponente do circuito. Tanto é que quando eles deixaram de ocupar essa função, outras pessoas vinculadas a ACAMPRA a assumiram. Todas elas eram jovens das famílias assentadas. Nesse processo, também foi verificada uma descentralização das atividades, como por exemplo, na própria montagem das cestas. Os agricultores quando faziam suas entregas, já auxiliavam posicionando os alimentos dentro das cestas correspondentes a partir da chamada que fazia o organizador, sempre que possível. Desse processo, se ressalta que o circuito passou a incluir uma juventude na execução das atividades da Associação, atuando de forma essencial na viabilização da logística das cestas.

### 3.4 RELAÇÕES

Para além das relações entre camponeses e coprodutores, outras relações apresentam, também, uma importante relevância para o estudo dos circuitos curtos, como as relações entre os próprios camponeses. Como camponeses assentados de reforma agrária conquistada a partir da luta construída no MST, há um compartilhamento histórico de enfrentamentos e resistências que se mostrou presente com esse estudo. Além disso, foi notável a importância do movimento na difusão da agroecologia, sobretudo nas suas dimensões prática e política. A fala da camponesa E.M.S., que afirmou o aprendizado da agroecologia nas formações do MST, ilustra esse processo:

Na verdade, a gente faz curso de agroecologia, desde que eu tinha... Então, a gente começou a produzir, quando entrou no movimento. Agroecológico. Aí veio umas coisas e transformou em convencional. Aí, depois, a gente voltou para as nossas raízes, que é agroecológica. E vamos seguir, agora, o resto da vida, se Deus quiser. (E.M.S., pesquisa de campo, 24/09/2021).

Além da relação enquanto associados da ACAMPRA, a relação que se constrói nos núcleos agroecológicos é essencial para viabilizar a produção e a entrega dos alimentos. É muito comum, nos dias de montagem das cestas, a chegada de um veículo que trazia a produção de várias famílias. Isso foi particularmente importante para o desafio do assentamento Florestan Fernandes (Uberlândia) e do pré-assentamento Roseli Nunes III (Monte Alegre de Minas), que são mais afastados da sede da ACAMPRA, onde os alimentos são entregues e as cestas montadas.

Uma camponesa, durante a entrevista, contou que em conversas com outra, já pôde verificar insatisfação quanto aos preços praticados dos alimentos após verificar em supermercados preços de alimentos orgânicos muito mais altos. No entanto, a entrevistada afirmou ter explicado da importância de vendê-los a preços acessíveis e da vantagem de o escoamento da produção ser mais garantido por meio das cestas.

Outros tensionamentos foram perceptíveis, como quando um camponês ao explicar a não preferência de fornecer para alimentação escolar afirmou, “a gente, dos orgânicos”, se referindo, com certa insatisfação, ao fato de nem todos os associados à ACAMPRA produzirem de forma agroecológica. Em relação a isso, também foi apresentada, na pesquisa, uma perspectiva da Associação de, em 2022, ter todo seu quadro de associados produzindo agroecologicamente e em processo de certificação. Esses exemplos, mais que contradições em relação a união, revelam o caráter processual da transição agroecológica e os mecanismos internos de uma governança democrática e comprometida com a agroecologia.

A preocupação com a qualidade dos alimentos também foi nítida nos dias de montagem das cestas. Os alimentos que chegam de acordo com a demanda já enviada para os camponeses, por vezes é reprovada em inspeção que precede a montagem. Algumas vezes pelo tamanho, integridade ou quantidade de determinada variedade de alimentos. Nesses momentos, pesou a preocupação com a reputação já construída da entrega de alimentos de qualidade. Essas informações retornam para os camponeses como uma



necessidade de se atentar para a qualidade dos produtos que serão entregues para os parceiros que sempre apoiam a produção.

Como já afirmado, diferentemente de uma rede com interação face-a-face entre produtores e consumidores, o circuito analisado das cestas se caracteriza como uma rede de proximidade espacial, onde a interação entre camponeses e coprodutores se concretiza principalmente pelas ferramentas de informação e comunicação e os encontros nos assentamentos. Esses encontros são pontuais e já ocorreram 3 vezes, antes do contexto pandêmico. Os relatos mostraram que os momentos renderam uma socialização prazerosa repleta de aprendizado e superação de visões estereotipadas de uma suposta improdutividade dos assentados rurais, sobretudo do MST.

A relação entre os coprodutores é um fruto do próprio circuito. Diferentemente de outros circuitos curtos de comercialização de alimentos como grupos de aquisição solidária, nos quais geralmente já há uma rede social construída entre consumidores que se agrupam no intuito de consumir produtos diferenciados (DANSERO; PETTENATI, 2018; DANSERO; PUTTILLI, 2014), os coprodutores da Cesta Semeando Agrofloresta aderem ao circuito individualmente e, a partir de então, passam a socializar virtualmente e na ocasião dos encontros.

No grupo de WhatsApp, a participação dos camponeses é menor. Mas geralmente o fazem, mandando mensagens com fotos de seus SAFs, momentos de colheita ou intervindo no debate político, trazendo a perspectiva de militância camponesa do MST (Figura 6, acima). Os camponeses também explicam diferenças dos produtos agroecológicos em ocasião de eventuais reclamações como a presença de alguns insetos em alimentos resultar da abstenção do uso de agrotóxicos. Somam-se a esse processo, postagens nas redes sociais (Facebook e Instagram) que apresentam os camponeses, a produção agroecológica, suas motivações, seus projetos e cursos de capacitação. Essas interações contribuem para o processo de aprendizado e o reconhecimento da agricultura camponesa agroecológica, suas dificuldades e seus esforços.

Destarte, é comum que gestos de reconhecimento mútuo e solidariedade se façam presentes e transpareçam na comunicação entre os participantes do circuito. Exemplo disso (Figura 9), aconteceu quando os coprodutores, voluntariamente, realizaram a proposta de não receberem as cestas ou, pelo menos, da cesta não vir completa como acordado, sem alterações no pagamento, em virtude das dificuldades apresentadas pelos camponeses na produção, devido a intempéries climáticas (geadas e queimadas). Os fragmentos de conversas no grupo, mostrados abaixo, exemplificam esses gestos de reconhecimento mútuo e solidariedade:



**Figura 9** – Interação entre os integrantes do circuito: reconhecimento e solidariedade. **Fonte:** Captura de tela do grupo da cesta no aplicativo WhatsApp editada pelo autor, 2021.

A construção do circuito das Cestas Semeando Agroflorestas, com todas as suas ferramentas, se mostrou eficaz para o desenvolvimento de uma consciência entre os coprodutores de reconhecimento das dificuldades e esforços dos camponeses para garantir a produção. Mais que isso, gestos de solidariedade foram discutidos e propostos por eles para facilitar a gestão dos problemas enfrentados. Diante disso, a solução por parte da organização dos camponeses considerou a proposta e limitou, num primeiro momento, as trocas

dos gêneros alimentícios e, num segundo momento, optou por adquirir produtos orgânicos de outras localidades, não produzidos por eles, para garantir a oferta e, também, a reputação construída. A partir desse exemplo pode se perceber a dimensão de uma governança coconstruída entre a produção e o consumo dos alimentos.

#### 4. CESTA SEMEANDO AGROFLORESTA: TERRITÓRIO DA AGROECOLOGIA

Da experiência das Cestas Semeando Agroflorestas, é possível empreender uma análise de diversas características já relatadas na literatura sobre os circuitos curtos de comercialização que denotam sua complexidade. O *corpus* reunido, tanto a partir das entrevistas como a partir da análise documental, se constituiu como um rico material para exploração, com a finalidade de compreender a rede em questão. Ressaltam aspectos que contribuem para a identificação desse circuito como território, a partir da diferencialidade e as relações de poder.

A rede, já carrega em seu nome a identificação do sistema de produção em que se assenta. Essa característica é uma marca notável dos mercados aninhados, tal como apontam van der Ploeg, Jingzhong e Schneider (2012). Diferentemente das dinâmicas que permeiam “mercados mais amplos”, o canal das cestas não é anônimo. Muito pelo contrário, essa associação é uma importante e forte marca do circuito analisado.

Para além de seu nome atribuído ao circuito, a característica do sistema de produção está explícita no próprio termo de adesão de novos coprodutores, como se observa abaixo:

Estou ciente de que o grupo de Consumo das Cestas Semeando Agroflorestas não é uma mera iniciativa de compra de venda de hortaliças, legumes e frutas, mas sim uma nova forma de consumo co-construída na relação entre o grupo de consumidores e os produtores dos Assentamentos que, ao mesmo tempo em que oferecem alimentos isentos de agrotóxico e fertilizantes químicos, ajudam na preservação e recuperação do ambiente através do cultivo agroflorestal.<sup>8</sup>

Na fala do organizador entrevistado, a conexão da implementação do circuito com o avanço da prática agroecológica dos assentamentos também é

---

<sup>8</sup> ACAMPRA, Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária. Contrato de parceria das cestas Semeando Agroflorestas. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScyGBmgU0Sn1AHBxBWUuAHz7O0tvYivjnOaeFLT4kTs4m9ECg/viewform>. Acesso em 20 nov. 2020

evidente. Além disso, a vinculação da implementação da experiência baseada no programa agrário do MST também é evidenciada, como na fala abaixo:

A cesta surge a partir de um acúmulo de processos que a gente estava fazendo junto com a cooperativa, junto com os agricultores, de transição agroecológica. A [...] ACAMPRA existe desde 2014, produzindo alimentos principalmente para o mercado institucional, [...]. Então, com o avanço do debate da agroecologia, né, e com avanço também, né, da transição agroecológica com os agricultores que teve um início mais forte em 2016 para 2017 que a gente foi na prática mesmo, fazendo essa transição. E surgiu, né, também uma demanda, assim, para novos mercados desses produtos agroecológicos, né. Então de acordo com as experiências do movimento, aí já né, principalmente que a gente teve no assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto né, que é uma grande referência e a cesta do Movimento em BH [...]. Dentre outras cestas puxadas para os grupos né. Então sempre foi uma vontade também da associação. [...] a gente precisa montar esses processos das cestas logo, porque assim, a gente viu que as agroflorestas começaram a produzir. E aí [...] nem todos os alimentos, né, eram pegos também pelo mercado institucional, que o mercado institucional, né, tem uma limitação de alimentos. Por exemplo, assim, a taioba né no mercado institucional não pegava, né. [...] Precisamos de um mercado para os produtos agroecológicos[...]. Já tinha uma vontade muito grande e viu necessidade de criação da dessa cesta para escoar esses produtos (V.S.M., pesquisa de campo, 26/09/2020).

Do comentário e do contrato acima exemplificados, fica evidente que a identidade da cesta se origina a partir de processos de construção da agroecologia e estão vinculados a um projeto político, o Programa de Reforma Agrária Popular defendido pelo MST (MST, 2015). Merece atenção o fato de a criação desse circuito ter sido impulsionada a partir da organização camponesa que se propõe a construir a agroecologia.

A motivação de participação na rede foi capaz de revelar um sentido simbólico que ultrapassa benefícios individuais. Para uma camponesa entrevistada, a produção de forma agroecológica e comercialização dos produtos nas cestas representa “Tentar um alimento mais saudável, um trem melhor para nós e para as outras pessoas. Porque ficar comendo esse tanto de agrotóxico aí...” (L.L., pesquisa de campo, 2020). E complementa que o fornecimento de seus produtos para a composição das cestas, “É muito gratificante. Você saber que tá chegando lá um produto de qualidade na mesa do cliente” (L.L., pesquisa de campo, 2020).

Em trecho extraído da entrevista com um coprodutor, os benefícios que resultam na participação no circuito, são perceptíveis não apenas no aumento de sua qualidade de vida, mas retrata um sentido mais amplo que leva em conta também o polo da produção:

É muito perceptível, né porque se não chegasse dessa maneira aqui para gente né, ia passar por um grande distribuidor, por um CEASA da vida né, depois ia no mercadinho, outra pessoa que mexer lá né, ia passar por n mãos né... O ganho, né do agricultor, do camponês ia ser mínimo, ínfimo e além de tudo irá gerar, né, o processo ainda mais de desigualdade, né, de acúmulo na riqueza nas mãos de poucos, né. Então, assim, é uma das coisas que eu acho mais legais. Para além de tudo né, também né, ver que é uma proposição diferente assim né, em relação à produção do alimento em si. Da agroecologia né, que sai fora também né da perspectiva mais de mercado né, de nicho de mercado né que se criou também né. [...] E ela traz ali uma oportunidade para a gente entender melhor, até por conta né de ter também né, o retorno ali sempre presente. Propostas, né antes da pandemia, sempre tinha ali também, eu não cheguei a ir né, mas tinha proposições, né, de visitação, né, das áreas, né, para conhecer melhor, né, como que eram produzidos os alimentos. Então, eu vejo também né, para além de tudo, quanto uma proposição de educação também né, num sentido mais amplo, né. Que eu vejo né, a questão da cesta né, que ela, para além de tudo, ela nos ajuda a entender, né, melhor do que que é a proposição, do que é a perspectiva que tá envolvida né a partir da agroecologia né da proposição ali também né dos movimentos, das pessoas né que estão envolvidos ali em todo aquele processo né para fazer que alimento chegar né na nossa mesa né. E eu acho isso muito bacana (D.M.S.L., pesquisa de campo, 28/10/2020).

Da dinâmica do funcionamento desse mercado, ressalta-se uma característica basilar dos circuitos curtos, que é a identificação dos sujeitos envolvidos e o modo de produção associado aos alimentos comercializados. Essa característica, expressa, num nível imaterial, a conexão do produto com a forma como é ele é produzido (*embeddedness*), permitindo ao consumidor fazer associações com o local e o espaço de produção, os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção empregados (CORSI et al., 2018; HINRICHS, 2000).

A identificação da importância dada a esse atributo não pode ser entendida como um apagamento de fatores importantes, em transações comerciais, como a relevância do preço. De fato, a relevância do preço é essencial para a escolha dos camponeses por esse canal e do acesso a ele

pelos coprodutores. No entanto, a pesquisa de campo evidenciou que a consideração desse fator se apresenta como positivo, tanto para os camponeses e como para os coprodutores. De forma ilustrativa, pode-se verificar no enunciado da agricultora: “Semeando Agrofloresta é um projeto muito bom. Porque além de você economizar bastante com veneno, você vai ter uma saúde melhor no futuro também. E você ainda vendia o produto com preço bom (L.O.N.L., pesquisa de campo, 14/11/2020)”. No trecho da entrevista com um coprodutor, a opinião sobre o preço aparece vinculada a outros benefícios, como se pode observar no fragmento abaixo:

Eu tenho até dúvidas, assim, se eles são realmente mais caros. Às vezes eu vou no mercadinho, numa emergência, comprar umas coisas e vejo que dá mais ou menos ali o que eu pago por semana né. Então assim, eu não acho que são preços altos assim né. Eu acho que também tem um valor né nutricional. É melhor de saúde, né, principalmente, que outras coisas que você compra em outro lugar que não são agroecológicos, né. Então eu também vejo dentro dessa dimensão, mas eu não acho caro, particularmente, né [...]. Se comparar os itens na quantidade né que eles vêm na cesta, sairia talvez até mais caro, né. A quantidade de couve é muito maior que você compra as vezes num pacotinho no supermercado. Alface, né, alface eu não consigo quase nunca consumir a quantidade de alface né. Daria o que? Um pouquinho mais que cinco reais. Por cinco reais, eu acho que a quantidade de alface que vem aqui, eu não compraria em lugar nenhum aqui em Uberlândia. [...] Então, eu olho muito sob esse viés (D.M.S.L., pesquisa de campo, 28/10/2020).

Desta forma, observa-se que, como já apontado por Corsi et al. (2018), como característica distintiva essencial das redes alimentares alternativas, a troca não se dá puramente entre um produto e o dinheiro, onde o benefício ou utilidade, para o consumidor se derivaria apenas da qualidade intrínseca do alimento, ou da recompensa monetária para os produtores. A dimensão da alteridade em relação aos outros participantes do circuito é também mobilizada. Assim, esses autores sustentam que, nessas redes, os benefícios derivam também da qualidade do relacionamento embutido na operação de troca, o que confere um critério essencial para a identificação de uma “alternatividade” desses canais.

Van der Ploeg (2015) argumenta que os mercados aninhados recém-criados criam uma rede social por meio da qual os produtores e consumidores

praticam um “dar e receber simbólico” que os une e se apresenta como base para as trocas materiais. Dessa forma, pode-se entender que as relações econômicas são fortalecidas com base em valores sociais, como as relações de confiança, reputação e reciprocidade (CASSOL; SALVATE; SCHNEIDER, 2016). Com base nisso, pode-se afirmar que o diferencial do circuito, tendo como base os produtos e serviços, dá-se num nível de trocas simbólicas, o que proporciona e fortalece novas conexões entre pessoas, lugares e práticas (VAN DER PLOEG, 2015). Com base nessas evidências, reforça-se a compreensão da constituição de circuitos curtos de abastecimento de alimentos como processos de construção social de novos modelos econômicos baseados em confiança, transparência, reconhecimento e aprendizados mútuos (CHIFFOLEAU et al., 2019).

Especificamente em relação aos aprendizados, é notável, por parte dos coprodutores, a apreensão de aspectos relacionados aos processos de produção ou as dinâmicas naturais (como a sazonalidade) envolvidas na prática agrícola. Além disso, os espaços virtuais de socialização, com destaque para grupo do aplicativo de comunicação Whatsapp®, foram apontados pelos atores como importantes espaços para troca de informações e aprendizados, como a identificação e características dos produtos, bem como receitas e formas de preparo. Ao mesmo tempo, o próprio desenvolvimento do canal, com os contínuos retornos de informação como satisfação/insatisfação dos coprodutores, configura importante fonte de aprendizado e adaptação para produtores e organizadores. O extrato abaixo, selecionado a partir da entrevista com um coprodutor, ilustra alguns dos aprendizados percebidos:

Eu acho que tem muita coisa para eu aprender. Porque eu não sei quase nada do sistema de produção em si. Muitas coisas eu sei por alto, como é que funciona, o plantio. Essa coisa de atentar um pouco mais assim: agora é época de alguma coisa, comecei a entender isso. Eu sabia que existia. Mas até ver: ah, realmente isso existe, a partir do momento que a gente começou a pegar a cesta. O aprendizado muito vem nesse sentido, de entender a dinâmica da produção. Ver também, olhar para esse lado dessas pessoas que fazem isso tudo acontecer, esse plantio, tudo. Ver também, nessa lógica da venda da cesta, que é numa perspectiva assim, de cooperação mesmo, que ela é colocada. Então assim, eu acho bacana né, olhar para isso e ver isso sendo implementado. Assim num sentido assim de ver uma lógica que é mercado, mas sai da



lógica de um mercado que é dominante, que tá mais presente na vida do cotidiano da gente. Tudo isso aí se coloca como aprendizado para mim (D.M.S.L., pesquisa de campo, 2020).

O desenho do canal das “Cestas Semeando Agrofloresta”, bem como as representações sociais de suas dinâmicas, permitem identificar um *modus operandi* próprio, que, como apontado em trabalhos como os de Goodman; Dupuis; Goodman (2012) van der Ploeg (2015) e van der Ploeg; Jingzhong; Schneider (2012), representam novos e contrastantes padrões aos operados pelos mercados mundiais. A argumentação destaca que, diferentemente dos modos globais de governança, que se assentam num único conjunto de regras e parâmetros para as transações, bem como centralizam a circulação de valores por meio de uns poucos pontos, os novos mercados, revelam-se material e discursivamente por meio de uma constituição mútua e relacional entre produtores e consumidores. Assim, os processos locais e regionais de produção, circulação e consumo apresentam-se relativamente independente das redes globalmente controladas (VAN DER PLOEG, 2015).

Embora os estudos sobre os circuito curtos de comercialização já tenham fornecidos importantes contribuições no sentido de propor uma agenda que não centralize seus esforços de investigação na oposição entre mercado convencional (ou mercado geral de alimentos) e redes alimentares alternativas, haja visto a existência de notáveis confluências e imbricações (SONNINO; MARSDEN, 2006) ou uma permeabilidade em suas fronteiras (VAN DER PLOEG, 2015; VAN DER PLOEG; JINGZHONG; SCHNEIDER, 2012), a análise da natureza e contexto do canal em questão pode suscitar importantes reflexões que devem ser levadas em consideração.

Esse parece ser o caso dos mercados onde circulam os produtos agroecológicos, pois a afirmação da agroecologia e seus princípios, quando presentes na prática do desenvolvimento do circuito, significam um maior rompimento, uma delimitação fronteira mais robusta em relação aos mercados convencionais, pois materialização da agroecologia pressupõe uma dimensão política comprometida com a transformação do atual sistema

agroalimentar em direção a justiça e sustentabilidade. Nesses circuitos, o grande diferencial é a construção de uma territorialidade agroecológica.

A construção do circuito constitui uma prática espacial a partir da constituição de relações sociais. Tal como afirmado por Raffestin (1993, p. 150), as práticas espaciais, ainda que embrionárias, impulsionadas por ações e comportamentos, “se traduz numa ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede”, ou seja a representação de um território. A tessitura dessas relações sociais representa a área de exercício do poder. No caso desse estudo, a tessitura simboliza o sistema alimentar construído a partir do circuito das cestas.

A construção participativa do circuito curto revela a constituição de uma rede que assegura a comunicação entre seus atores. Essa comunicação permite o fluxo de informações e dos alimentos agroecológicos, delimitando a circunscrição de um território. Nesse território, a face do que é vivido é o que constitui a territorialidade agroecológica própria desse circuito.

A nova territorialidade é concretizada a partir do encontro dos objetivos dos atores que formam a rede territorial, o que denota a intencionalidade como princípio do território. Seja por questões como desconfiança quanto aos alimentos que circulam em cadeias convencionais, seja por uma demanda geral por alimentos saudáveis, razões individuais e pragmáticas (como por exemplo, o desejo por alimentos específicos, os custos, comodidade) (TREGGAR, 2011) ou ainda por uma vontade de se opor ao sistema agroalimentar globalizado, percebido como insustentável, injusto e para apoiar um modelo de desenvolvimento rural alternativo (GOODMAN; DUPUIS; GOODMAN, 2012), os objetivos dos coprodutores vem ao encontro dos objetivos da agricultura camponesa agroecológica na oferta desses alimentos.

Segundo Raffestin (1993):

O sistema [territorial] é tanto um meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. É, portanto, de uma só vez ou alternadamente, meio e finalidade das estratégias. Toda combinação territorial cristaliza energia e informação, estruturadas por códigos. Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os

atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Com base na contribuição desse autor, é possível afirmar que o circuito curto de abastecimento de alimentos agroecológicos Cesta Semeando Agroflorestas constitui um território, visto a partir de sua totalidade. A territorialidade é formada com base nos fluxos materiais e imateriais que se processam no tempo e espaço e se traduzem nas atividades cotidianas.

O circuito curto analisado permite constatar que se constituiu uma territorialidade agroecológica ao longo da rede. Essa territorialidade se constrói no cotidiano a partir da vivência de princípios agroecológicos pelos atores do circuito. Por um lado, os camponeses vivenciam toda uma dinâmica produtiva sustentada pelos princípios agroecológicos como a ciclagem da matéria orgânica, o cuidado com a saúde do solo, o aumento da diversidade de espécies cultivadas e associadas à produção que visam a conservação da natureza, a redução de insumos externos às unidades produtivas, como a abstenção do uso fertilizantes químicos e agrotóxicos. Por outro lado, os coprodutores participam na constituição desse sistema alimentar, denotando outros princípios da territorialidade agroecológica como a incorporação de alimentos diversificados a partir de uma oferta sazonal, a conectividade com os camponeses numa escala local significando a construção de um sistema alimentar mais integrado à economia local que apoia a agricultura camponesa.

As estratégias de produção do território do circuito e que denotam a sua territorialidade como confiança, transparência, reconhecimento mútuo e aprendizagem se chocam com outras estratégias de outros territórios aos quais os sujeitos também vivenciam. É a ideia de um território dentro de outro (FERNANDES, 2008). Assim, fica nítido a ideia da multiterritorialidade. Como exemplo, pode-se citar que os coprodutores também acessam outros canais de comercialização de alimentos, como os supermercados. Esses outros, característicos do regime alimentar contemporâneo, fazem circular alimentos em extensas cadeias de valores e, frequentemente, não preservam informações de sua origem e seus modos de produção.

A concepção aqui defendida do circuito como um território e a noção da multiterritorialidade vivenciada pelos sujeitos que constroem a rede ajuda a superar as fortes críticas ao questionamento do caráter alternativo desses novos mercados. Essas críticas, como as expressas no trabalho pioneiro de Sonnino e Marsden (2006), apontam esse questionamento devido ao fato de agricultores e consumidores atuarem tanto em sistemas alimentares convencionais como em alternativos. O conceito de multiterritorialidade aplicado ao entendimento da vivência dos sujeitos que constroem as redes agroecológicas vem ao encontro da legitimação desses circuitos curtos como contra-hegemônicos, ainda que sua extensão e capacidade não permitam por hora uma completa autonomia dos camponeses e a satisfação de todas as demandas alimentares de coprodutores. Isto é, a vivência de outras territorialidades não implica necessariamente no enfraquecimento desse novo território construído, tampouco de seu caráter contra hegemônico.

É importante salientar que as estratégias estão vinculadas ao trabalho executado pelos atores, que envolvem o exercício do poder e que se situam no tempo e no espaço. Logo, as experiências analisadas nessa pesquisa precisam ser entendidas como dinâmicas circunscritas a um regime alimentar, e que exercem perante a ele, o que Souza (2009) chamaria de um contrapoder insurgente. O exercício do poder encontra-se no exercício da soberania alimentar, por meio da qual os camponeses e coprodutores conseguem incidir com relativa autonomia na escolha de sua forma de produzir e de se alimentar. O território do circuito, nesse caso, é a expressão espacial desse poder.

Em síntese, o território do circuito curto de comercialização de alimentos agroecológicos apresenta uma territorialidade que lhe é própria: a territorialidade agroecológica. A vivência de outras territorialidades características do sistema agroalimentar corporativo, por parte dos sujeitos que compõem os circuitos curtos, só reafirma a multiterritorialidade característica das diversas vivências dos sujeitos. No entanto, os princípios agroecológicos, quando efetivamente presentes no desenvolvimento do circuito curto, constituem os elementos da territorialidade agroecológica, que o sustenta como construção contra-hegemônica, independente de outras territorialidades. Isto é,

os espaços envolvidos, as relações constituídas e os recursos mobilizados na construção da territorialidade agroecológica dos circuitos curtos carregam elementos que contestam as bases que sustentam todo o sistema agroalimentar corporativo, contribuindo para a afirmação do circuito curto como um território da agroecologia.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa centrou esforços no desvendamento das relações sociais espacializadas na construção do circuito curto de comercialização das cestas de alimentos agroecológicos Semeando Agroflorestas, a partir de um enfoque territorial. Para trabalhar as conclusões desse esforço de pesquisa é necessário pontuar seus principais aprendizados e retomar a hipótese central levantada.

Em primeiro lugar, no que se refere à experiência de comercialização das cestas Semeando Agroflorestas, essa, de fato, contribui para o aumento de uma conectividade campo-cidade na região do Triângulo Mineiro, por meio da circulação dos alimentos e dos fluxos de informações, que antes não tinham lugar. Essa nova conexão se apresentou numa escala local por meio da interação entre os sujeitos participantes do circuito que tinham intencionalidades que confluem para a constituição e continuidade do circuito. Como se pode notar, conexão não se apresentou como um elemento estático, mas como um elemento dinâmico a partir do exercício de relações pautadas na solidariedade, reconhecimento mútuo e aprendizado que permitem e reforçam a constituição de um comércio justo.

Além disso, a constituição do canal de comercialização das cestas Semeando Agroflorestas contribuiu para o fortalecimento de territórios que constroem a agroecologia, impulsionando a implementação ou garantindo a continuidade de práticas de uma agricultura biodiversa. Tanto a criação do circuito curto atuou no sentido da superação de um gargalo do escoamento da produção agroecológica dos assentamentos, como após sua existência, esse serviu como um estímulo para a transição agroecológica e a promoção de uma agricultura que se sustenta na diversidade de alimentos produzidos. Nesse sentido, a maior garantia de escoamento da produção, comparativamente com outros mercados como as feiras e o mercado institucional a exemplo do PNAE, somados a maior valorização econômica da produção, que não conta com intermediários e encontra um público consumidor disposto a adquirir a diversidade de alimentos produzidos constituíram importantes fatores levados

em consideração pelos camponeses para adotar o mercado das cestas como importante meio de escoamento de sua produção diversificada.

É possível afirmar que os recursos mobilizados para a viabilização do circuito são contra-hegemônicos: envolvendo a participação/cooperação descentralizada, o que fortaleceu a continuidade do circuito. Tanto no polo da produção como no do consumo, foram constatados mecanismos participativos de cooperação. Por meio do espaço de socialização virtual constituído, esses fatores se tornaram evidentes. A participação dos coprodutores por meio de sugestões para melhoria da logística do circuito, incentivos e elogios aos alimentos recebidos, compartilhamento de informações sobre o preparo e melhor aproveitamento são importantes fenômenos participativos que não têm lugar nas cadeias convencionais de mercados anônimos com produtos que circulam por extensas cadeias de valores. Os camponeses, entre si, atuam de forma cooperada por meio de mutirões, na organização dos núcleos agroecológicos e da própria ACAMPRA, meios pelos quais conseguem exercer sua autonomia em relação ao que e como produzir e quais mercados buscam acessar. Por fim, a cooperação entre camponeses e coprodutores fica nítida no compromisso de se integrar à rede, alterar suas rotinas e na compreensão das dificuldades, onde o apoio se mantém.

De certo, os alimentos comercializados se apresentaram como expressão de um sistema diferenciado de produção e/ou de um modelo contra-hegemônico de desenvolvimento (agroecologia e soberania alimentar). Por meio da circulação dos alimentos integrada a ferramentas tecnológicas de informação e comunicação, os produtos que chegam aos coprodutores não têm um fim apenas com sua consumação. Elementos do modo de produção agroecológico são frequentemente trabalhados no grupo e nos meios de divulgação nas redes sociais. Com o desvelar dos atributos do produto que os coprodutores adquirem, a agroecologia se revela também como projeto político, dotada de princípios que questionam o sistema agroalimentar vigente e sustenta bases para sua transformação.

Ademais, o desempenho da experiência do circuito tem proporcionado a construção de relações de proximidade, de forma a proporcionar um terreno

fértil para a disseminação da agroecologia, a partir da confiança, transparência, reconhecimento mútuo e aprendizagem, ainda que não se baseie em relações face-a-face. As relações transparentes e de confiança que são constituídas entre coprodutores e camponeses exercem um papel fundamental no desenvolvimento de uma territorialidade agroecológica na qual os papéis dos sujeitos são mutuamente reconhecidos e onde os processos de aprendizagem se fazem presentes. Nessas relações, a agroecologia encontra base para se sustentar, e, como um projeto político, vai sendo desenvolvida pelos sujeitos em cooperação no circuito.

Dessa forma, a hipótese central levantada confirmou-se, pois, da experiência analisada, o circuito curto de comercialização evidenciou-se como meio de produção e produto, a um só tempo, de territórios que contestam princípios sustentadores do sistema agroalimentar hegemônico e proporcionam uma base para a territorialização da agroecologia.

O desenvolvimento de um circuito curto dentro de um município que se constituiu historicamente a partir da autoafirmação como centro logístico para circulação de mercadorias a longas distâncias, por si só é um elemento de contradição. Ainda mais quando consideramos que este circuito curto se baseia em uma produção agroecológica destoante do modelo hegemônico historicamente concebido de desenvolvimento rural, baseado no monocultivo em grandes propriedades agrícolas que utilizam grande quantidade de agrotóxicos e fertilizantes químicos e tecnologias de organismos modificados geneticamente.

O circuito viabiliza e concretiza uma territorialidade agroecológica que proporciona a territorialização da agroecologia tanto na cidade, quanto no campo, a partir da vivência cotidiana de seus princípios na produção e no consumo de alimentos.

Mais que demonstrar o ajuste da abordagem territorial ao estudo dos circuitos curtos, um grande aprendizado desta pesquisa reside na compreensão de que mantendo-se relações sociais éticas e práticas coletivas de uma governança democrática é possível a constituição contra-hegemônica de territórios que carregam uma proposição alternativa ao regime alimentar



contemporâneo. Nessa proposição, a soberania alimentar e a agroecologia se concretizam e se fortalecem como perspectivas transformadoras do sistema agroalimentar, por meio das quais a lógica e os estilos de vida da agricultura camponesa se reproduzem com relativa autonomia e o direito a uma alimentação saudável se realiza.

## REFERÊNCIAS

- ACAMPRA. **Semeando Agrofloresta: geração de renda aliada à preservação da biodiversidade**. Uberlândia: ACAMPRA, 2020
- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, v. 16, n. 13, p. 22–32, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- ANDERSON, Colin Ray et al. From Transition to Domains of Transformation: Getting to Sustainable and Just Food Systems through Agroecology. **Sustainability**, v. 11, n. 19, p. 5272, 25 set. 2019.
- ATANGANA, Alain et al. **Tropical agroforestry**. Dordrecht, Holanda: Springer, 2014.
- BLUMBERG, Renata et al. Geographical political ecology of food systems. **Journal of Political Ecology**, v. 27, n. 2, p. 1–22, 21 jan. 2020.
- BORSATTO, Ricardo Serra et al. Public procurement as strategy to foster organic transition: insights from the Brazilian experience. **Renewable Agriculture and Food Systems**, p. 1–9, 16 out. 2019.
- BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 645–660, 2013.
- BORSATTO, Ricardo Serra; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira. MST's experience in leveraging agroecology in rural settlements: lessons, achievements, and challenges. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, n. 7–8, p. 915–935, 14 set. 2019.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado com as futuras gerações. In: SAUER, Sérgio;; BALESTRO, Moisés V. (Org.). **Agroecol. e os desafios da transição Agroecol.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 261–304.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004
- CHIFFOLEAU, Yuna et al. The participatory construction of new economic models in short food supply chains. **Journal of Rural Studies**, v. 68, p. 182–190, 1 maio 2019.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **REVISTA NERA**, v. 32, n. 32, p. 14–33, 17 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Políticas de obtenção dos territórios dos assentamentos rurais em Minas Gerais. **Revista Campo-Território**, v. 15, n. 39 Dez., p. 103–116, 30 dez. 2020.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; CLEPS JUNIOR, João. Movimentos socioterritoriais, agroecologia e soberania alimentar em Minas Gerais. **Revista Campo-Território**, v. 16, n. 42 Out., p. 117–144, 28 out. 2021.

CORSI, Alessandro; BARBERA, Filippo; DANSERO, Egidio; PEANO, Cristiana (Org.). **Alternative Food Networks. An Interdisciplinary Assessment**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018.

CORSI, Alessandro; BARBERA, Filippo; DANSERO, Egidio; ORLANDO, Giovanni; et al. Multidisciplinary Approaches to Alternative Food Networks. In: CORSI, Alessandro et al. (Org.). . **Alternative Food Networks. An Interdisciplinary Assessment**. Cham: Palgrave Macmillan UK, 2018. p. 9–46.

DANSERO, Egidio; PETTENATI, Giacomo. Reterritorialization, Proximity, and Urban Food Planning: Research Perspectives on AFNs. In: CORSI, Alessandro et al. (Org.). . **Alternative Food Networks. An Interdisciplinary Assessment**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. p. 273–301.

DANSERO, Egidio; PUTTILLI, Matteo. Multiple territorialities of alternative food networks: six cases from Piedmont, Italy. **Local Environment**, v. 19, n. 6, p. 626–643, 2014.

DAROLT, Moacir Roberto et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. XIX, n. 2, p. 1–22, 2016.

EDELMAN, Marc et al. Introduction: critical perspectives on food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 911–931, 2014.

FERGUSON, Bruce G et al. What do we mean by agroecological scaling? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 43, p. 722–723, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Org.). . **Campesinato e Territ. em Disput**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273–302.

\_\_\_\_\_. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v.

4, n. 7, p. 188–209, 2019.

\_\_\_\_\_. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Macos Aurelio In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). . **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197–215.

FERREIRA, Matheus De Oliveira; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Expressões do agronegócio no Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba: A territorialização do setor sucroalcooleiro em Uberaba (MG). **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 31, p. 495–522, 2020.

FIGUEIRA, Lucas. **Uberlândia 133 anos: cidade segue na busca de parcerias público-privadas para melhorar logística do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de MG**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/08/31/uberlandia-133-anos-cidade-segue-na-busca-de-parcerias-publico-privadas-para-melhorar-logistica-do-triangulo-alto-paranaiba-e-noroeste-de-mg.ghtml>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 14, n. 28, p. 139–152, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRALDO, Omar Felipe. **Ecología política de la agricultura: Agroecología y posdesarrollo**. 1. ed. San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, México: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.

GIRALDO, Omar Felipe; ROSSET, Peter M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3, p. 545–564, 19 mar. 2018.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: The ecology of sustainable food systems**. 3. ed. Boca Raton, FL, USA: Taylor & Francis Group, 2015.

\_\_\_\_\_. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599–600, 3 jul. 2018.

GOODMAN, David; DUPUIS, E. Melanie; GOODMAN, Michael K. **Alternative food networks : knowledge, place and politics**. London, New York: Routledge, 2012.

GUAZZELLI, Maria José; RIBEIRO, Silvia. Novas tecnologias , corporações e seus impactos sobre a soberania alimentar. In: BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian (Org.). . **Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e**

**Nutricional na América Latina e Caribe.** 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2015. p. 153–178.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional.** Uberlândia: EDUFU, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Macos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95–120.

HINRICHS, C. Clare. Embeddedness and local food systems: Notes on two types of direct agricultural market. **Journal of Rural Studies**, v. 16, n. 3, p. 295–303, jul. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades - Minas Gerais - Uberlândia - Panorama.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>>. Acesso em: 27 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.** Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>>. Acesso em: 27 set. 2021.

KAGEYAMA, Angela Antonia; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 105–122, 2013.

LA VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty Now! A guide to Food Sovereignty,** 2018.

LEVIDOW, Les; PIMBERT, Michel; VANLOQUEREN, Gaetan. Agroecological Research: Conforming—or Transforming the Dominant Agro-Food Regime? **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 38, n. 10, p. 1127–1155, 26 nov. 2014.

MARTÍNEZ-TORRES, María Elena; ROSSET, Peter M. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 979–997, 2 nov. 2014.

MASSON, Gabriela Abrahão. **A questão agrária e a luta pela reforma agrária no Triângulo Mineiro.** Curitiba: Appris, 2020.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro mas eu canto.** 24. ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

MCMICHAEL, Philip. A food regime analysis of the “world food crisis”.

**Agriculture and Human Values**, v. 26, p. 281–295, 2009.

MCMICHAEL, Philip. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 648–670, 3 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Historicizing food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 933–957, 2 nov. 2014.

MIER Y TERÁN GIMÉNEZ CACHO, Mateo et al. Bringing agroecology to scale: key drivers and emblematic cases. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 637–665, 2018.

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Programa agrário do MST: Natureza, fundamentos, proposta e lema de luta. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, v. 1, n. 1, p. 247–279, 2 nov. 2015.

NICHOLLS, Clara I.; ALTIERI, Miguel A. Pathways for the amplification of agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 10, p. 1170–1193, 26 nov. 2018.

NYÉLÉNI FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaration of Nyéléni**. . Nyéléni Village, Sélingué, Mali: [s.n.], jan. 2007

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Estado e mercado na definição de uma região agrícola moderna: processos e consequências no Triângulo Mineiro. In: RAMOS FILHO, Eraldo da Silva et al. (Org.). **Estado, Políticas Públicas e Território**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 67–86.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude; BUTLER, Samuel A. Space, territory, and territoriality. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 30, n. 1, p. 121–141, 1 jan. 2012.

RIBEIRO, Luiza Azevedo. **As potencialidades e desafios da agroecologia na sua multidimensionalidade**: o núcleo agroecológico do assentamento rural Canudos, Uberlândia – MG. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Da “largueza” ao “cercamento”: um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org.). **A insustentável leveza da política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos**

**socioambientais**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005. p. 171–216.

RIVERA-FERRE, Marta G. The resignification process of Agroecology: Competing narratives from governments, civil society and intergovernmental organizations. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 666–685, 2018.

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. **Agroecología: ciencia y política**. 3. ed. La Paz, Bolívia: SOCLA, 2018.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, María Elena. Food sovereignty and agroecology in the convergence of rural social movements. In: CONSTANCE, Douglas H.; RENARD, Marie-Christine; RIVERA-FERRE, Marta G. (Org.). **Alternative. Agrifood Movements Patterns Convergence and Divergence**. Emerald Group Publishing Limited, 2014. v. 21. p. 137–157.

\_\_\_\_\_. Rural social movements and agroecology: Context, theory, and process. **Ecology and Society**, v. 17, n. 3, 29 ago. 2012.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (Org.). **Circuitos curtos Comer. Agroecol. e inovação Soc.** Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19–43.

SANTOS, Caroline Cristina Ferreira dos. **Caminhos e descaminhos da reforma agrária no Triângulo Mineiro: a busca pela autonomia e soberania alimentar no projeto de assentamento Celso Lúcio Moreira da Silva/Carinhosa**. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequencia Editora, 2020.

\_\_\_\_\_. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73–94.

SARANDÓN, Santiago J. Agroecología: una revolución del pensamiento en las ciencias agrarias. **Ciencia, tecnología y política**, v. 4, n. 6, p. 055, 20 maio 2021.

SCHNEIDER, Sergio; SALVATE, Natália; CASSOL, Abel. Nested Markets, Food Networks, and New Pathways for Rural Development in Brazil. **Agriculture**, v. 6, n. 4, p. 61, 22 nov. 2016.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon Noremborg; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar – uma apresentação

ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v. 1, n. 1, 29 jul. 2016.

SCHNEIDER, Sergio; VAN DER PLOEG, Jan Douwe; HEBINCK, Paul. Reconsidering the contribution of nested markets to rural development. In: HEBINCK, Paul; VAN DER PLOEG, Jan Douwe; SCHNEIDER, Sergio (Org.). . **Rural development and the construction of new markets**. 1. ed. New York: Routledge. 2015. p. 190–205.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. **Assentamento Emiliano Zapata: trajetória de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005)**. 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012)**. 2012. 361 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, n. 2, p. 181–199, 1 abr. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: 57-72 (Org.). . **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57–72.

SOUZA, Luciana Carvalho e. **O agronegócio da pecuária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: relações de poder e políticas públicas de 1990 a 2010**. 2013. 104 f. UFRRJ, 2013.

TREGGAR, Angela. Progressing knowledge in alternative and local food networks: Critical reflections and a research agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 27, p. 419–430, 2011.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Imperios alimentarios, soberanía alimentaria y luchas sociales. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, p. 165–187, 2019.

\_\_\_\_\_. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction. In: HEBINCK, Paul; VAN DER PLOEG, Jan Douwe; SCHNEIDER, Sergio (Org.). . **Rural development and the construction of new markets**. London, New York: Routledge, 2015. p. 16–40.

\_\_\_\_\_. Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 999–1030, 2 nov. 2014.



\_\_\_\_\_. **The new peasantries : struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization.** London, Sterling: Earthscan, 2008.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe; JINGZHONG, Ye; SCHNEIDER, Sergio. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 133–173, jan. 2012.

VIEIRA, Wesley Alves. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas Públicas: (des)encontros, desafios e conquistas.** 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia 2019.

WALD, Navé; HILL, Douglas P. ‘Rescaling’ alternative food systems: from food security to food sovereignty. **Agriculture and Human Values**, v. 33, n. 1, 2016.

WEZEL, Alexander et al. Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v.40, n. 6, 2020

\_\_\_\_\_. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503–515, 2009.

\_\_\_\_\_. Agroecology in Europe: Research, Education, Collective Action Networks, and Alternative Food Systems. **Sustainability**, v. 10, n. 4, p. 1214, 17 abr. 2018.

WITTMAN, Hannah. Food Sovereignty: A New Rights Framework for Food and Nature? **Environment and Society: Advances in Research 2**, v. 2, n. 1, p. 87–105, 14 fev. 2011.

YIN, Robert K. **Case Study Research and Applications: Design and Methods.** 6. ed. Los Angeles: Sage, 2018.

**APÊNDICE**  
ROTEIROS DE ENTREVISTAS

## Roteiro de entrevista – Organizadores/mediadores da cesta

### Informações gerais:

As informações, serão utilizadas exclusivamente para pesquisa e elaboração de dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural-PPGADR

### Mestrando:

Fernando Cesar de Oliveira Souza

### Orientador:

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto

Data da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### 1. Características socioeconômicas:

Escolaridade	Idade	Gênero	Ocupação principal
( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( ) M ( ) F ( ) Outro	

- Qual a sua função na viabilização das cestas Semeando Agroflorestas? Quais as atribuições desta função? Período no qual executa / executou essa função.
- Com quem se relaciona para a viabilização das cestas Semeando Agroflorestas?
- Qual o histórico de construção do canal de comercialização das cestas Semeando Agroflorestas? O que impulsionou a criação deste canal de comercialização?
- Como funcionam as cestas Semeando Agroflorestas?
- Quais alimentos comercializados na cesta Semeando Agroflorestas? O que há diferente nos alimentos da cesta Semeando Agroflorestas?
- Quais são as regras para os agricultores fornecerem alimentos para a cesta Semeando Agroflorestas? Como se dá o recrutamento?
- Quais são as regras para participação dos consumidores/coprodutores na cesta de alimentos para a cesta Semeando Agroflorestas? Como se dá o recrutamento?
- Como foram e são definidas essas regras?
- Como são realizados os pagamentos provenientes das cestas?
- Como são repassados os recursos provenientes das cestas?
- Quem são e como são recrutados os sujeitos envolvidos nos pontos de entrega?
- Quem são e como são recrutados os sujeitos envolvidos no transporte das cestas?
- Há/houve questionamento da procedência / qualidade por parte dos consumidores?
- É possível visualizar vantagens nessa forma de comercialização? Quais?
- É possível visualizar desvantagens nessa forma de comercialização? Quais?

17. Quais são as dificuldades em construir esse canal de comercialização em relação aos agricultores?
18. Quais são as dificuldades em construir esse canal de comercialização em relação aos consumidores?
19. É possível perceber mudanças/aprendizados junto ao agricultor com o envolvimento nesse circuito de comercialização?
20. É possível perceber mudanças/aprendizados no consumidor/coprodutor com o envolvimento nesse circuito de comercialização?
21. Qual o papel do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra na criação e desenvolvimento da experiência do circuito?
22. Qual o nível de proximidade entre agricultores e consumidores? Se conhecem? Há espaços / oportunidades de encontro?
23. Alguma instituição estatal fornece algum incentivo? É possível visualizar barreiras impostas pelo Estado para o desenvolvimento do Circuito?
24. Há outras instituições e movimentos que atuam contribuindo para a viabilização do circuito?
25. Como visualiza o futuro desta forma de comercialização?
26. Como visualiza o futuro da produção agroecológica?
27. O que as cestas Semeando Agroflorestas representa para você?
28. Quais mudanças podem ser percebidas em todo o circuito com a crise sanitária decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2)?

## Roteiro de entrevista – Camponeses

**Informações gerais:**

As informações, serão utilizadas exclusivamente para pesquisa e elaboração de dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural-PPGADR

**Mestrando:**

Fernando Cesar de Oliveira Souza

**Orientador:**

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto

Data da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Bloco 1 - Histórico, perfil socioeconômico e características e manejo do agroecossistema.**

1. Dados do grupo familiar que mora na propriedade

Número de indivíduos:

Relação c/ o entrevistado	Função na propriedade	Escolaridade	Idade	Gênero	Ocupação principal
		( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	
		( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	
		( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	
		( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	
		( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	

2. As atividades desenvolvidas na propriedade são a principal fonte de renda?

3. A produção é agroecológica? Práticas agrícolas utilizadas no manejo da produção.

4. Renda mensal

- |   |   |
|---|---|
| <p>( ) Menos de 1 SM ( menos que R\$1100,00)</p> <p>( ) Até 2 SM (até R\$ 2200,00)</p> <p>( ) De 2 a 5 SM (mais de R\$ 2.200,00 a R\$ 5.500,00)</p> <p>( ) Mais de 5 A 10 SM (Mais de R\$ 5.500,00 a R\$ 11.100,00)</p> <p>( ) Mais De 10 A 15 SM (Mais de R\$ 11.100,00 a R\$ 16.500,00)</p> | <p>( ) Mais de 15 a 20 SM (Mais de R\$ 16.500,00 A R\$ 22.000,00)</p> <p>( ) Mais de 20 (mais de R\$ 22.000,00)</p> <p>( ) Não quer Responder</p> <p>( ) Sem Rendimento</p> <p>( ) 1 SM</p> |
|---|---|

5. Há quanto tempo participa da ACAMPRA?
6. Como foi processo de associação?
7. A participação na Associação/ cooperativa influenciou ou influência na renda da família?
8. Qual é a destinação da produção? Quais são as formas de comercialização?
9. Todas as formas de comercialização estão associadas à cooperativa? Quais são?
10. Antes da associação junto à cooperativa, quais e como eram as formas de escoamento da produção?
11. O que o/a leva a produzir de forma agroecológica?
12. Você possui alguma certificação?
13. Desde quando produz alimentos para a composição das cestas Semeando Agroflorestas? Como foi a integração / recrutamento para essa forma de comercialização?
14. Como funcionam as cestas Semeando Agroflorestas?
15. Quais as suas funções para viabilização das cestas?
16. O que há diferente nos alimentos da cesta Semeando Agroflorestas?
17. Quem são os consumidores/coprodutores? Os conhece? Qual a relação estabelecida?
18. A participação na comercialização das cestas Semeando Agroflorestas influenciou ou influência na renda da família? Como? Contribuiu para aumentar?
19. Como é a definição dos preços pagos pelos consumidores / coprodutores?
20. Como são repassados os recursos provenientes das cestas?
21. Como é a definição de quais alimentos a serem cultivados e entregues pela família?
22. Há reuniões para essas definições?
23. O que levou a participar da comercialização das cestas Semeando Agroflorestas?
24. É possível visualizar vantagens e desvantagens nessa forma de comercialização? Quais?
25. Quais são as dificuldades em participar desse canal de comercialização?
26. Acha que tem algo que poderia mudar na comercialização das cestas?
27. O que mudou na vida da família com a comercialização das cestas Semeando Agroflorestas?
28. Desde a inserção nesse canal de comercialização, houve mudanças na forma de produção e na variedade dos cultivos? O que acha que influenciou?
29. Como visualiza o futuro da produção e de seu escoamento?
30. Há algum aprendizado visualizado desde o início da produção para a comercialização das cestas?
31. Quais aprendizados e como se deram esses processos?
32. O que as cestas Semeando Agroflorestas representa para você?
33. Quais mudanças podem ser percebidas em todo o circuito com a crise sanitária decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2)?

## Roteiro de entrevista – Consumidores / Coprodutores

### Informações gerais:

As informações, serão utilizadas exclusivamente para pesquisa e elaboração de dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural-PPGADR

### Mestrando:

Fernando Cesar de Oliveira Souza

### Orientador:

Prof. Dr. Ricardo Serra Borsatto

### Bloco 1 - Histórico, perfil socioeconômico

1. Dados do grupo familiar que se beneficia dos alimentos comprados na cesta Semeando Agroflorestas

Número de indivíduos:

Relação com o entrevistado	Escolaridade	Idade	Sexo	Ocupação principal
	( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	
	( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	
	( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	
	( ) Fundamental ( ) Médio ( ) Técnico ( ) Superior ( ) Analfabeto ( ) Educação Infantil		( )M ( )F ( )Outro	

2. Segue alguma dieta específica (vegetariana, vegana, flexeteriana, hipossódica...)?

3. É militante de algum movimento social? Qual?

4. Propriedade do local de moradia: Proprietário ou locatário?

5. Renda mensal

( ) Menos de 1 SM ( menos que R\$1100,00)

( ) Até 2 SM (até R\$ 2200,00)

( ) De 2 a 5 SM (mais de R\$ 2.200,00 a R\$ 5.500,00)

( ) Mais de 5 A 10 SM (Mais de R\$ 5.500,00 a R\$ 11.100,00)

( ) Mais De 10 A 15 SM (Mais de R\$ 11.100,00 a R\$ 16.500,00)

( ) Mais de 15 a 20 SM (Mais de R\$ 16.500,00 A R\$ 22.000,00)

( ) Mais de 20 (mais de R\$ 22.000,00)

( ) Não quer Responder

( ) Sem Rendimento

( ) 1 SM

## Bloco 2 – Consumo das cestas

6. Há quanto tempo compra as cestas Semeando Agroflorestas?
7. Qual modalidade de cesta você consome? Já mudou o tamanho?
8. Onde você retira as cestas? Qual a proximidade com a sua residência?
9. Como tomou conhecimento desse circuito de comercialização? Como foi processo de se tornar um consumidor/coprodutor?
10. O que é realizado com os produtos adquiridos nas cestas Semeando Agroflorestas?
11. Além das cestas Semeando Agroflorestas, quais são os mercados acessados para garantir sua alimentação?
12. Como funcionam as cestas Semeando Agroflorestas? Há regras para a participação neste canal de comercialização?
13. O que há diferente nos alimentos da cesta Semeando Agroflorestas? O que diferencia a cesta Semeando Agroflorestas de outras formas de comercialização de alimentos?
14. Onde comprava os alimentos que atualmente são obtidos por você por meio das cestas?
15. Qual sua opinião sobre os preços das cestas? Como é a definição dos preços estabelecidos?
16. Qual o impacto do consumo das cestas Semeando Agroflorestas no orçamento individual/familiar?
17. Quem são os agricultores? Os conhece? Qual a relação estabelecida?
18. Conhece os locais de produção dos alimentos das cestas?
19. Qual o sistema de produção utilizado no cultivo dos alimentos?
20. Sabe como se define quais alimentos a serem entregues semanalmente?
21. O que levou a participar do consumo das cestas Semeando Agroflorestas?
22. É possível visualizar vantagens e/ou desvantagens nessa forma de consumo? Quais? Dificuldades?
23. Está satisfeito com a quantidade e qualidade dos produtos das cestas?
24. Acha que tem algo que poderia mudar na comercialização das cestas?
25. Desde a inserção nesse canal de comercialização, houve mudanças no seu padrão de consumo de alimentos? O que mudou?
26. O que acha que influenciou?
27. Como visualiza o futuro da produção e de seu escoamento?
28. Há algum aprendizado visualizado desde o início do consumo das cestas?
29. Quais aprendizados e como se deram esses processos?
30. Como visualiza o futuro da produção dos produtos agroecológicos e da comercialização das cestas?
31. O que as cestas Semeando Agroflorestas representa para você?
32. Quais mudanças podem ser percebidas em todo o circuito com a crise sanitária decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2)?